

DOSSIÊ

DOSSIER

A repressão aos defensores de
direitos humanos e movimentos sociais no Brasil

The repression of social movements and defenders of human rights in Brazil

PAD

Processo de Articulação e Diálogo

Sumário

Apresentação.....04

Parte 1

A ofensiva das forças conservadoras contra a luta dos movimentos sociais e defensores de direitos humanos.....06

Parte 2

Casos de violações contra movimentos sociais e defensores de direitos humanos.....12

2.1. Violação dos direitos humanos na barranca dos rios: o caso do movimento dos atingidos por barragens (MAB).....12

2.2. O crime de ser MST: do direito à livre manifestação à lei de segurança nacional.....15

2.3. A criminalização das mulheres camponesas21

2.4. O genocídio dos indígenas no Brasil: o caso dos Guarani-Kaiowá.....25

2.5. Violações causadas pelo mega-projeto da hidrelétrica de Belo Monte.....30

Parte 3

A favor da legitimidade dos movimentos sociais.....33

Summary

Presentation.....04

Part 1

**The offensive of the conservative forces against
the actions of the social movements and human rights defenders.....06**

Part 2

**Cases of violations committed
against social movements and defenders of human rights.....12**

2.1. Violation of human rights
on river borders: the case of the movement of those affected by dams (MAB)..... 12

2.2. The crime of being MST:
from the right to free manifestation to the national security law..... 15

2.3. The criminalization of the peasant women.....21

2.4. The genocide of the indigenous in Brazil: the Guarani-Kaiowá issue.....25

2.5. Violations caused by the mega hydroelectric project of Belo Monte.....30

Part 3

Support against criminalization of social movements.....33

Apresentação

A diversidade das lutas em nosso país faz com que os movimentos sociais brasileiros se apresentem com diferentes configurações. Não existe um modelo único de ações desenvolvidas para nos organizarmos e é justamente nesta pluralidade que reside a nossa riqueza. Assim, nossa organização e intervenção social seguem formas distintas, conforme a nossa identificação e as condições materiais de atuação. No entanto, nos aproximamos pelo mesmo ideal de justiça social: a construção de uma sociedade na qual a vida esteja acima das mercadorias e do lucro.

No Brasil, temos movimentos sociais que se articulam em diversas esferas, através de grupos de base e/ou organizações profissionalizadas. Além disso, temos os movimentos que se organizam em função de agendas (por exemplo, os movimentos culturais e o ambientalista), bem como as redes de movimentos sociais, que, através de ações integradas, acumulam força política e unificam a intervenção social. Falar de movimentos sociais no Brasil abrange um campo da sociedade civil bastante complexo, diverso, plural e heterogêneo, cujos atores principais são os sem-terra, camponeses/as, quilombolas, mulheres, indígenas, sem-teto, favelados/as, desempregados/as, presidiários/as, adolescentes e jovens pobres e negros/as, homossexuais, entre outros tantos.

A luta dos movimentos sociais tem incorporado grandes conquistas nos últimos vinte anos, entre elas a derrota da ditadura militar e a elaboração da Constituição Federal do Brasil de 1988; o Estatuto da Criança e do Adolescente (1980) e mais recentemente a Lei Maria da Penha (2006), que veio engrossar a luta pelos direitos das mulheres contra a violência e discriminação. Também temos uma intensa luta pela reforma agrária e urbana, visando a distribuição das riquezas que, no Brasil, são extremamente concentradas.

A atuação e busca por transformações de nossa sociedade ferem o interesse de grandes empresas, do latifúndio e de setores conservadores da sociedade que desejam man-

Presentation

The diversity of social struggles in our country is responsible for the different configurations of the Brazilian social movements. There isn't a fixed model for actions and organization and in this diversity resides our richness. Therefore our organization and social interventions follow different patterns according to our identification and the material conditions for the interventions. Still we converge in the same ideal of social justice: the construction of a society in which life stands above merchandise and profit.

In Brazil we have social movements that articulate themselves on different levels, through grassroots groups or professionalized organizations. We also have movements that organize themselves based on agendas (for example, the cultural and environmental movements), and also the social movements that through integrated actions build up political strength and unify social interventions. To speak of social movements in Brazil is to speak of a vast, diverse and complex part of the civil society, whose actors are the landless, peasants, quilombolas, women, indigenous people, homeless, people of the favelas, unemployed, detainees, adolescents and young poor black people, homosexuals, among many others.

The struggle of the social movements have incorporated great achievements in the last twenty years, among them the ending of the military dictatorship and the elaboration of the 1988 Federal Constitution of Brazil; The Statute of the Child and Adolescent (1980) and more recently the Maria da Penha Law (2006), which strengthened the fight for women's rights against violence and discrimination. We also have an intense fight for the urban and rural reform, aiming the distribution of wealth, which in Brazil is extremely concentrated.

The mobilizations and actions for transformations in our society conflict with the interests of big companies, of the great estates and conservative sectors of society, who wish to maintain the unequal and discriminatory

ter as estruturas desiguais e discriminatórias, fruto de mais de 500 anos de exploração de índios, negros, trabalhadores e trabalhadoras rurais e urbanos, sugando do Brasil e da América Latina suas riquezas. É por força da ação desses setores conservadores que há, infelizmente, um intenso processo de criminalização de nossas lideranças e deslegitimação de nossas ações, de nossa luta, como apontaremos a seguir.

Nesse documento vamos apresentar, de forma sintética, casos graves de violação de direitos e a luta de organizações e movimentos sociais, bem como indicar os vários mecanismos que o Estado brasileiro cria para criminalizar essas organizações em favorecimento de interesses quase sempre privados.

Boa leitura a todos e a todas.

structures, legacy of more than 500 years of exploitation of indigenous people; black people; workers both in the rural sector as in the urban sector, and who have been stealing Brazil and Latin America of its riches. It is because of such conservator sectors that, unfortunately an intense process of criminalization of our leaderships and actions, of our struggle, has been going on. As we will show in this text.

In this document we will shortly present extreme cases of human rights violations and the struggle of organizations and social movements. We will also indicate the various mechanisms which the Brazilian State creates to criminalize these organizations, and thus almost always favour the private interests.

Parte 1

A ofensiva das forças conservadoras contra a luta dos movimentos sociais e defensores de direitos humanos

Num passado ainda recente – final dos anos 70 e início dos anos 80 – as lutas sociais, políticas e culturais foram marcadas por perseguições violentas, ameaças e mortes de lideranças por parte do Estado brasileiro. Saímos de um longo período de ditadura militar (1964-1988), quando os direitos humanos foram sobrepujados por governos autoritários e violentos, que viam em todos os opositores seus inimigos.

Decorridos mais de vinte anos do fim do regime militar, as violações aos direitos humanos continuam em nosso País. Os vícios das instituições policiais e de investigação perpetuam práticas indignantes como a tortura, abuso de autoridade e prisões arbitrárias, entre outros. Os mecanismos de repressão têm se sofisticado por meio de “instrumentos legais” como é o caso judicialização indevida de lideranças de movimentos sociais, ou seja, a utilização dos instrumentos do “Estado democrático de direito” contra movimentos sociais e defensores/as de direitos humanos que buscam assegurar direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais.

É bom lembrar que as Nações Unidas, através de suas declarações, convenções e resoluções consagram o direito de pessoas e organizações de lutarem pela promoção dos direitos humanos no mundo inteiro. Assim, defensores de direitos humanos e movimentos sociais são reconhecidos pela ONU como: “*indivíduos, grupos e órgãos da sociedade que promovem e protegem os direitos humanos e as liberdades fundamentais universalmente reconhecidas (...)*”.¹

A própria ONU tem denunciado as violações que continuam contra movimentos sociais e suas lideranças. A relatora da ONU

Part 1

The offensive of the conservative forces against the actions of the social movements and human rights defenders

In the yet recent past – end of the seventies and beginning of the eighties – the social struggles, political and cultural, were tainted by violent persecutions, death threats and murder of leaders on behalf of the Brazilian State. We left a long period of military dictatorship (1964-1988), in which human rights had been overridden by authoritarian and violent governments, who saw all their opponents as enemies.

More than twenty years have passed since the military regime, but the violations of human rights in our country persist. The habits of the investigative and police institutions carry on atrocious practices such as torture, abuse of authority and arbitrary detentions. The mechanisms of repression have been sophisticated by means of “legal instruments” as is the case of the improper judicial actions moved against leaders of social movements, in other words, the instruments of the “democratic State of Rights” have been used against social movements and defenders of the human rights, people who try to assure civil, political, economical, social, cultural and environmental rights.

It is convenient to remember that the United Nations, through its declarations, conventions and resolutions reaffirm the right of people and organizations to fight for the promotion of human rights around the world. Therefore human rights defenders and social movements are recognized by the UN as: “*individuals, groups and entities of society, who promote and protect the human rights and universally recognized fundamental liberties*”.¹

The UN itself has denounced the continuous violations against social movements and their leaderships.

¹ *Declaração dos Direitos e Responsabilidades dos Indivíduos, Grupos e órgãos da Sociedade para Promover e Proteger os Direitos Humanos e Liberdades Individuais Universalmente Reconhecidos*, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, na Resolução 35/144 de 09 de dezembro de 1998.

¹ *Declaration of the Rights and Responsibilities of the Individuals, Groups and and organs of society to promote and protect universally recognized human rights and fundamental freedoms* was adopted by the United Nations General Assembly on December 9, 1998 in Resolution 35/144.

sobre a situação de defensores/as de direitos humanos, Hina Jilani, visitou o Brasil de 5 a 21 de dezembro de 2005, ocasião em que se encontrou com representantes do governo, com uma grande quantidade de defensores/as de direitos humanos e representantes de organizações não-governamentais. O objetivo dessa visita era avaliar a situação dos defensores de direitos humanos no Brasil. Além de Brasília, a relatora visitou os Estados do Pará, Bahia, Pernambuco, São Paulo e Santa Catarina onde teve a oportunidade de se reunir com autoridades federais, membros dos poderes Legislativos e dos Judiciários Estaduais, entre outros. Seu relatório, de 2005, revela que não houve muitas mudanças no quadro de violações aos direitos humanos que encontrou:

É entristecedor que, em termos reais, nem o retorno à democracia, com um sólido quadro legal para a defesa dos direitos humanos, nem a presença da ação e da experiência da sociedade civil tem garantido a proteção suficiente aos defensores de direitos humanos e suas atividades. Em seus esforços de alcançarem os direitos econômicos, sociais, ambientais e culturais; na tentativa de denunciar as violações dos direitos humanos e de acabar com a impunidade dessas violações; e na resistência à discriminação ou à marginalização, muitos defensores de direitos humanos continuam sendo ameaçados e prejudicados.²

A criminalização dos movimentos tem se acentuado nas duas últimas décadas. Além de assassinatos e ameaças, suas lideranças também se tornaram alvos de ações criminais e policiais ilegais. Podemos definir esse processo de criminalização como um conjunto de atos e omissões que resultam na imputação indevida de crimes ou condutas ilegais a defensores(as) de direitos humanos e/ou às suas organizações. Isso ocorre através de procedimentos administrativos, judiciais ou policiais, em função das atividades de defesa e promoção de direitos humanos que estes defensores e movimentos desenvolvem. Essa criminalização é praticada pelas instituições que compõem os Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo, e é fomentada pelos grandes meios de comunicação.

² Relatório da Relatora da ONU para Defensores de Direitos Humanos. Versão disponibilizada pela Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos - Departamento Internacional-DIDH.

The UN rapporteur on the situation of human rights defenders, Hina Jilani, visited Brazil from the 5th to the 21st of December of 2005. On this occasion she met with government representants, with a large quantity of human rights defenders and non-governmental organizations representants. The intention of this visit was to evaluate the situation of human rights defenders in Brazil. The rapporteur visited Brasília, the states of Pará, Bahia, Pernambuco, São Paulo and Santa Catarina. In these places she had the opportunity to meet with federal authorities, members of the state Legislative and Executive powers, among others. Her 2005 rapport reveals that not much has changed in the panorama she found of human rights violation:

It is saddening to see that neither the return to democracy, with a solid legal scenario for the defense of human rights, neither the action and experience of civil society have guaranteed enough protection for the human right defenders and their activities. In their efforts to reach economical, social, environmental and cultural rights; in the quest to denounce the violations of human rights and to end the impunity of these violations; and in the resistance of discrimination and exclusion, many defenders of human rights are still being threatened and impaired.²

The criminalization of the movements has increased in the last two decades. Besides the murders and the threats the movements' leaderships have also become target of lawsuits and illegal police actions. We can define this criminalization process as a combination of actions and omissions perpetrated through administrative, judicial or police procedures which result in the improper accusation of human rights defenders and movements as guilty of crimes or illegal conducts, with these accusations being made because of their activities defending and promoting human rights. This criminalization is executed by the institutions which compose the Judiciary, Legislative and Executive powers, as well as by the mass communication vehicles.

² Rapport of the UN special rapporteur on Human Rights Defenders. Version made available by the Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos - Departamento Internacional (International Department)-DIDH.

As cartas lançadas por estas forças de direita hoje não se restringem a eliminar as lideranças fisicamente. Buscam anular as lutas dos movimentos através de ataques sistemáticos e orquestrados à sua imagem e reputação, no intuito de desqualificar e desmoralizar os movimentos diante de toda a sociedade. Para tanto, desenvolveram novos métodos de repressão e intimidação, como a instalação de Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) na Câmara dos Deputados (a CPI da Terra, a CPI das Organizações Não-Governamentais e a CPI do MST). Estas CPI's contam com total visibilidade da imprensa, que, diariamente, discursa contra os movimentos atacando desde questões ideológicas até métodos usados para as lutas.

Um estudo do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM), de 2005, apresenta um marco revelador, mostrando que há desigualdade na aplicação de medidas judiciais em casos de conflitos agrários. Segundo um dos autores do estudo, Juvelino Strozake, "a heterogeneidade de posições, a busca pelo formalismo jurídico no tratamento penal e a valorização do direito à propriedade parecem confirmar um simulacro de justiça, ou seja, a observância de requisitos formais para a determinação das prisões motivadas por conflitos agrários e, ao mesmo tempo, a utilização cotidiana dessas prisões como mecanismo de controle social".³ Essas estratégias judiciais se verificam nos casos concretos de lideranças dos movimentos que "importunam" os grandes donos de terra, empresários do agronegócio e de diversos outros setores que recorrem ao Poder Judiciário e a alguns setores do Poder Executivo para verem seus interesses protegidos.

Uma prova disso foi apresentada em um relatório de 2008 elaborado pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). O texto informa que o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República criou os Grupos Técnicos de Segurança de Infraestruturas Críticas (GTSICS) para monitorarem, controlarem e conterem as ações de movimentos sociais supostamente para evitar prejuízos à economia do país, durante protestos em locais estratégicos, como hidrelétricas, estradas e ferrovias.

Um outro caso emblemático vem do Estado do Pará, onde existe uma Delegacia Especializada em Conflitos Agrários, a DECA. É o braço repressor, investigador e contendor da luta dos camponeses na região. Aparelhado com recursos do governo federal e subordinado à Secretaria de Segurança do Estado, o órgão tem feito um "excelente trabalho" de investigação, mapeamento e identificação das principais lideranças do MST e do movi-

Today these right-wing forces do not limit themselves to physical elimination of the leaderships. They also seek to diminish the movements through systematic and planned attacks to the movements' reputation, with the objective of ruining society's image of them. To do this they developed new methods for intimidation and repression, for example opening Parliamentary Commissions of Inquiry – CPI at the Chamber of Deputies (Land CPI, of the Non Governmental Organizations and the CPI of the MST). These CPI's are totally accessible and broadcasted by the press, which daily discourse against the social movements attacking ideological matters and also the methods used in the struggles.

A revealing study made in 2005 by the Brazilian Institute of Criminal Science (IBCCRIM) reveals that there is inequality on the application of judicial measures in cases of agrarian conflicts. According to one of the authors of this research, Juvelino Strozake: "the heterogeneity of opinions, the quest for juridical formalism in the criminal treatment and the importance given to the right to property seem to confirm the simulation of justice, that is, the observance of formal requisites for the determination of prisons motivated by agrarian conflicts and at the same time the daily use of these imprisonments as a mechanism of social control".³ These judicial strategies can be seen in those cases of leaders who "harass" the great landowners, agribusiness entrepreneurs and several other sectors who resort to the Judicial Power and to some sectors of the Executive power to protect their interests.

Evidence of this was presented in the 2008 report elaborated by the Movement of the Affected by Dams (MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens). That report informs that the Republic Presidency's National Security Office (GSI) created the Technical Groups of Critical Security and Infrastructures (GTSICS) to monitor, control and restrain the actions of social movements, allegedly to avoid any loss for the country's economy in strategic places, such as the hydroelectric, highways and railways.

Another emblematic case comes from the state of Pará where a Police station Specialized on Agrarian Conflicts exist: the DECA. It is the repressive and investigative arm of the peasants' struggle in the region. Sustained with federal government resources and subordinated to the State Secretary of Security, the organ has kept up an "excellent job" at investigating, mapping and identifying the

³ Disponível em www.direitos.org.br. Acesso em: 10/03/2006.

³ Available at www.direitos.org.br. Last access: 10/03/2006.

mento sindical rural que lutam pelo direito a terra. Segundo dados parciais da CPT (até julho de 2007) a DECA “trabalhou bem” na repressão e criminalização do movimento camponês, prendendo 76 camponeses e indiciando em inquéritos policiais 131 pessoas. Ao mesmo tempo, não se tem notícia de que alguém tenha sido punido por manter cemitérios clandestinos na região, por praticar atos violentos contra camponeses, ou pelos crimes de homicídio que, no Pará, já vitimaram mais de 851 pessoas. Desse total, 57 vítimas eram defensores de direitos humanos. Há ainda uma lista de 207 pessoas ameaçadas no Estado sem que os ameaçadores tenham sido sequer processados.

O que se constata é que os grandes projetos dos setores mineral e energético, do agronegócio e da pecuária, ao mesmo tempo em que causam violações às populações atingidas e ao meio ambiente, também são protegidos por um intrincado aparato legal, que, via de regra, criminaliza quem ousa enfrentar este projeto de desenvolvimento predatório e irresponsável.

Estas ações institucionais perpassam todas as esferas, constituindo-se, muitas vezes, numa política de governo. Em março de 2008, a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) foi reformulada pelo decreto 6.408. Nessa reforma merece destaque a criação de um Departamento Contra o Terrorismo, que não existia até então. Essa alteração trata da estrutura regimental da ABIN/GSI/Presidência da República nos arts. 2º e 15 e revela que setores do governo estão se adequando às exigências internacionais para que os países-membros da ONU estabeleçam medidas de combate ao terrorismo. Tais adequações representam riscos aos movimentos sociais, pois a ABIN vem trabalhando com o conceito de inteligência de Herman⁴, que não exclui temas como “movimentos sociais” e “meio ambiente” de suas atribuições.

Como se vê, além do processo de criminalização, estes setores, sejam privados ou públicos, também cometem violência e fazem campanhas de difamação contra os defensores de direitos humanos e suas organizações. A relatora da ONU também reconheceu em seu relatório estas formas de violação:

4 Herman (1991) define inteligência como tudo aquilo que os órgãos governamentais oficiais de inteligência produzem, restringindo-a à esfera estatal. A definição de Herman é mais precisa, pois, além de não limitar a atividade ao campo do conflito, de desvinculá-la da incondicionalidade do segredo e de não excluir temas como “movimentos sociais” e “meio ambiente”, também não permite que qualquer entidade que auxilie na tomada de decisões seja considerada um potencial produtor de inteligência. Nota-se, no entanto, que todas as definições apresentadas parecem convergir ao afirmarem ou sugerirem que a responsabilidade de subsidiar o decisor seria a principal função da atividade dos órgãos de inteligência (fonte: site da ABIN).

main leaderships of the MST and of the rural syndical movement, both fighting for the right to land. According to partial statistics of the CPT (till July 2007) the DECA “worked well” repressing and criminalizing the peasant movement, arresting 76 peasants and indicting 131 people in police investigations. Meanwhile it is unheard of that anyone has been punished for having clandestine cemeteries in the region, practicing violent acts against peasants, or for the homicides, which have already victimized more than 850 people in Pará. Of these last, 57 victims were human rights defenders. In the same state there is also a list of 207 people who have been threatened and whose threateners haven’t even been prosecuted.

The great projects of the energetic and mineral sectors, of the agribusiness and livestock, violate the affected communities and the environment, and at the same time are protected by an intricate legal apparatus that as a rule criminalizes those who dare confront this irresponsible and predatory project of development.

These actions permeate all institutional spheres, many times constituting a government policy. In March 2008, the Brazilian Agency of Intelligence (ABIN) was reformulated by decree 6.408. Attent to the creation of a Department Against Terrorism with this reform. This alteration verses on the regime structure of the ABIN/GSI/ in the 2nd and 15th articles and reveals that government sectors are adapting themselves to international demands that UN member states take measures of combat against terrorism. Such adaptations put in risk social movements, considering that the ABIN has been working Herman’s concept of intelligence,⁴ which does not exclude themes such as “social movements” and “environment” and their attributions.

As you can see, aside the criminalization process, these sectors be they private or public, also commit violence and make slandering campaigns against the defenders of human rights and their organizations. In her report the UN rapporteur also recognized these forms of violation:

4 Herman (1991) defines intelligence as everything that the official government organs produce, restricting it to the state’s area of action. Herman’s definition is more precise, since it does not limit the action to the field of conflict. It detaches intelligence from the inviolability of secret and does not exclude themes such as “social movements” and the “environment”. It doesn’t allow any entity which aids in the decision taking as a potential producer of intelligence. Note that all definitions presented seem to converge when it comes to affirming or suggesting that the responsibility of informing the decider should be the main role of the organs of Intelligence (source: ABIN’s website).

75. Reconhece-se geralmente que os defensores dos direitos humanos que trabalham com os direitos civis e políticos receberam o reconhecimento para sua contribuição positiva à democracia e à formação da lei. Muitos deles foram honrados com concessões prestigiosas e alguns ganharam proeminência política e foram eleitos para cargos públicos. Por outro lado, os defensores dos direitos humanos, particularmente ativistas sociais, empenhados em proteger e promover os direitos econômicos, sociais e culturais enfrentam ainda a hostilidade de vários setores da sociedade, assim como do Estado. Esses defensores acreditam que isso é devido aos seus desafios para eliminar as injustiças sociais e econômicas em contraposição aos poderosos interesses econômicos e sociais da sociedade atual.

76. A relatora observou que, em vários Estados, as forças policiais veem os defensores de direitos humanos e ativistas sociais como criadores de problema. Há uma tendência a igualar a pobreza com o crime e usar o medo geral do crime para classificar os defensores de direitos humanos como obstáculos à manutenção da ordem pública. Isto é particularmente verdadeiro no exemplo dos que defendem os direitos dos sem-terra e dos sem-teto e que participam das manifestações públicas de resistência e de protestos contra a violação dos direitos humanos

77. Em vários casos os líderes dos movimentos ou das ONG'S têm sido alvo de campanhas constantes de difamação, visando promover o descrédito ao trabalho deles....

Para atenuar esses ataques contra os movimentos sociais, inúmeras ações e reações estão ocorrendo no âmbito da sociedade civil brasileira. Movimentos e diversas organizações têm se articulado em torno do Processo de Articulação e Diálogo (PAD), por meio do Grupo de Trabalho de Legitimidade dos Movimentos Sociais, que busca organização e aliança com a América Latina - e já fizeram um seminário nacional, resultando num dossiê latino-americano.

A criminalização vem sendo avaliada pelos movimentos sociais como um desafio comum a ser enfrentado coletivamente e colocar o tema na agenda política de todos não tem sido uma dificuldade. O problema maior vem sendo sensibilizar os órgãos públicos de que esta criminalização representa uma violação aos direitos humanos e uma ameaça à democracia. A criminalização e a judicia-

75. Generally defenders of human rights who work with civil rights and politicians were recognized for their positive contribution to the law formation. Many of them were honoured with prestigious concessions and some gained political prominence and were elected for public offices. On the other hand, defenders of human rights, particularly social activists, committed to protecting and promoting economical, social and cultural rights still face hostility of various sectors of society, as well as from the State. These defenders believe this occurs because of their efforts to eliminate social and economical injustice in opposition to the powerful economical and social interests of current society.

76. The rapporteur observed that, in several States, the police force see the human rights defenders and social activists as troublemakers. There is a tendency to link poverty to crime and to use the general fear of crime to classify defenders of human rights as obstacles to the uphold of public order. This is particularly true for those who defend the right of the landless and homeless and who participate in public manifestations of resistance and in protests against the violation of human rights.

77. In several cases the leaders of NGO's or movements have been targets of continuous slandering campaigns, aiming to discredit their work...

In an attempt to soften these attacks against social movements several actions and reactions are going on in the sphere of Brazilian civil society. Movements and several organizations have articulated themselves around the Process of Articulation and Dialogue (PAD), through the Group of Work of the Legitimacy of Social Movements who is looking for allegiance and organization with Latin America – and have already hosted a national seminar which resulted into a Latin American dossier.

This criminalization has been seen by social movements as a common challenge to be overcome collectively and putting the theme on the political agenda has not been difficult. The greater problem has been sensitizing the public organs that the criminalization is a violation of human rights and a threat to democracy. The criminalization and judicialization of the social struggles are this country's conservative forces' strategies to stop the fight for democracy and for the advance of the Human Rights, specially the Economical,

lização das lutas sociais são estratégias das forças conservadoras deste país para barrar a luta pela democracia e o avanço dos Direitos Humanos, em especial dos Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais. Essa tendência conservadora do Brasil também vem se repetindo em outros países da América Latina, por exemplo, na Colômbia, Peru, Argentina, Nicarágua, Panamá, Equador, Guatemala e Chile.

Por fim, vale ressaltar que esta problemática revela um comprometimento do Estado brasileiro ainda com velhas práticas arbitrárias, que, aliado a setores dominantes da área privada tem colaborado com essa onda de criminalização. A atuação do Judiciário, de setores do Ministério Público, seja federal ou estadual, e de segmentos do Poder Legislativo representa uma face do poder público que desrespeita os direitos humanos e não coloca em prática a Constituição Brasileira. Esta face é, convenientemente, ocultada pelo governo brasileiro em seus informes e na propaganda institucional no exterior.

Social, Cultural and Environmental Rights. This conservative tendency in Brazil has also been going on in other countries of Latin America, for example, in Colombia, Peru, Argentina, Nicaragua, Panama, Ecuador, Guatemala and Chile.

Lastly, it is also convenient to point out that this problem reveals a commitment of the Brazilian State to the old arbitrary practices, which, allied to the dominating sectors of the private area has collaborated with this wave of criminalization. The behavior of the Judiciary, sectors of the Public Ministry, be they federal or of the state, and of niches of the Legislative Power represents a side of the public power which disrespects the human rights and does not collaborate with the Brazilian Constitution. Conveniently this facet is hidden by the Brazilian government in its bulletins and in the institutional commercials abroad.

Parte 2

Casos de violações contra movimentos sociais e defensores de direitos humanos

Apresentaremos alguns casos graves de ocorridos no Brasil que demonstram a criminalização de movimentos sociais e de suas lideranças.

2.1. Violação dos direitos humanos na barranca dos rios: o caso do movimento dos atingidos por barragens (MAB)

Contexto

No Brasil há aproximadamente 2.000 grandes barragens. Sem programas sociais, suas construções prejudicaram pelo menos um milhão de pessoas. O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) congrega essa população carente na luta pelo atendimento as suas reivindicações. O presente relatório visa denunciar a criminalização de defensores de direitos humanos, atuantes pelo respeito aos direitos econômicos, sociais e culturais dos atingidos e atingidas por barragens no Brasil. O emblemático caso ilustrativo é a da Usina Hidrelétrica de Campos Novos (UHECN), na Bacia do Rio Uruguai, região sul do Brasil.

Localizada entre o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, a bacia do rio Uruguai é uma das principais da América do Sul, com uma área equivalente à da Alemanha. Nesse rio foi instalada a Usina Hidrelétrica de Campos Novos, que inundou 2.400 hectares e deslocou forçadamente mais de 3.500 pessoas, que ficaram sem moradia e sem a terra de onde tiravam o sustento. A obra interferiu em sítios arqueológicos, causou crescimento demográfico desordenado, inflacionou o mercado imobiliário regional, alterou o uso do solo e provocou o aumento da criminalidade e da prostituição.

A UHECN pertence a um consórcio de empresas privadas e públicas, denominado ENERCAN - Campos Novos Energia S.A. Sua

Part 2

Cases of violations committed against social movements and defenders of human rights

We will present some extreme cases in Brazil that demonstrate the criminalization of the social movements and its leaderships.

2.1. Violation of human rights on river borders: the case of the movement of those affected by dams (MAB)

Context

In Brazil there are approximately 2.000 big dams. In the absence of social programs, their constructions have harmed at least one million people. The Movement of the affected by dams (MAB) unifies this needy population for the fulfillment of their reivindications. The present rapport intends to denounce this criminalization of the defenders of human rights, acting in respect of economical, social and cultural rights of those affected by dams in Brazil. The emblematic and exemplar case is the Campos Novos Hydroelectric Power Plant, in the Basin of the Paraguay River, in the south of Brazil.

Located between Rio Grande do Sul and Santa Catarina, the Uruguay river is one of the most important basins of South America, an area equivalent to Germany. In this river the Hydroelectric power plant of Campos Novos was built, this project flooded 2.400 hectares (ha) and forced more than 3.500 people out of their houses and out of the land of which they made their living. The construction interfered with archeological sites, caused chaotic demographic growth, inflated the local real estate, altered the soil usage and caused rise in criminality and prostitution.

The Hydroelectric Power Plant of Campos Novos belongs to a consortium of private and public companies named ENERCAN – Campos Novos Energia S.A (anonymous society).

construção foi iniciada em 2001 e concluída em 2005. O acionista majoritário do consórcio é a CPFL Geração (74,72%), que pertence ao Banco Bradesco, Votorantim e Camargo Correa. A ENERCAN negou-se a negociar com o Movimento dos Atingidos por Barragens, para não gerar precedentes, como as conquistas obtidas pelos atingidos nas hidrelétricas de Itá, Machadinho e Barra Grande, localizadas na mesma bacia hidrográfica.

Descrição das violações

Em 26 de setembro de 2001, a ENERCAN ingressou com ação possessória de interdito proibitório contra apoiadores do MAB. A decisão liminar foi deferida pelo Poder Judiciário que proibiu protestos no canteiro de obras da barragem e fixou multa diária de R\$ 20.000,00 para o caso de descumprimento da decisão. As pessoas indiciadas não foram intimadas, uma clara violação ao direito de defesa garantido na Constituição Brasileira. O juiz apenas publicou um edital de intimação no Diário de Justiça de Santa Catarina, quando as pessoas residiam em outro Estado. Após a intimação, por edital, o processo ficou arquivado até os atingidos por barragens retomarem seus protestos.

Em 29 de julho de 2003 ocorreu um dos primeiros protestos em defesa dos direitos do atingidos e atingidas, consistindo na ocupação pacífica do escritório central da empreiteira Camargo Correa (responsável pela construção da hidrelétrica). A ENERCAN pediu para converter a então extinta ação de interdito proibitório em reintegração de posse. O Poder Judiciário concedeu novamente a ordem e convocou a força policial contra os atingidos no mesmo dia.

Em 2005 ocorreram novos protestos e o Poder Judiciário deferiu pedido de prisão preventiva contra dez apoiadores do MAB, 48 horas antes do Dia Internacional de Luta Contra as Barragens (14 de março).¹ No cumprimento desses mandados de prisão, ocor-

Its construction started in 2001 and was finished in 2005. Its majority shareholder is the CPFL Geração consortium (74,72%), which belongs to the Bradesco Bank, Votorantim and Camargo Correa. ENERCAN refused to negotiate with the MAB in order to avoid precedents, such as the victories achieved in the hydroelectric of Itá, Machadinho and Barra Grande, located in the same drainage basin.

Description of the violations

On the 26th of September of 2001, ENERCAN filed a trespass action of prohibitory interdict against supporters of the MAB. The preliminary injunction was granted by the Judiciary Power and prohibited protests on the construction site of the dam and set a daily fine of US\$ 11.428,00 (R\$20.000,00) in case of violation of the judicial decision. The people indicted were not subpoenaed, a clear violation of the right to defense guaranteed in the Brazilian Constitution. The judge solely published a public notice of subpoena in the Justice Diary of Santa Catarina, whilst the people involved resided in another state. After the subpoena by means of public notice, the process was archived until the affected by dams restarted their protests.

On the 29th of July of 2003 occurred one of the first protests in defense of the affected, this protest consisted in the peaceful occupation of the central office of the contractor Camargo Correa (responsible for the construction of the hydroelectric). ENERCAN asked to convert the extinct action of prohibitory interdict into an action of ejectment. The judicial power again conceded the order and on the same day summoned the police force against the affected.

In 2005 new protests occurred and the Judicial Power granted motion of preventive prison against ten supporters of the MAB, this was 48 hours prior to the International Day of Fight Against Dams (March the 14th).¹

¹ Processo 014.05.000628-6. 2ª vara criminal. Comarca de Campos Novos. Pedido de prisão preventiva. fls. 133. Ressalte-se que, em tais casos, sabe-se que, entre pessoas de bem que também fazem parte do grupo, há inúmeros indivíduos foragidos da polícia agregados ao bando – que por se valer de números – não escolhe quem fará parte de seu corpo, mesclando os que efetivamente teriam algum direito (embora não se utilizem do meio legal para reclamá-los) daqueles oportunistas de ocasião...

¹ Process 014.05.000628-6. 2nd criminal jurisdiction. County of Campos Novos. Request for preventive prison, leaves 133. We point out that in such cases it is known that among the good people that are also part of the group there are innumerable fugitive individuals in the group – this happens because the movement tends to add up as many members as possible – and therefore does not choose those to be part of their body, mixing those who are actually entitled to some right (even though they do not use of legal means to reclaim them) and those who are opportunists of occasion...

reu a maior repressão policial já registrada contra o MAB até então, por meio de uma operação militar na madrugada do sábado, 12 de março, envolvendo cerca de 60 policiais militares (dois tenentes, três sargentos, vinte cabos e trinta e cinco policiais). Houve prisão de cinco pequenos agricultores e dezesseis veículos (entre os quais um ônibus escolar – deixando 55 crianças sem irem à escola no dia 16 de março). Édio Grasse, um dos presos, encontrava-se na lavoura com seu filho de sete anos quando a polícia chegou. A criança foi levada presa junto com o pai até a delegacia de Campos Novos, apesar de os policiais saberem que a mulher de Édio estava em casa, pois foi ela quem lhes informou onde ele estava. Eles poderiam ter deixado a criança com sua mãe, mas optaram por levá-la até a delegacia de polícia com o pai preso. Carlos Grasse, irmão de Édio, foi preso, algemado e conduzido à delegacia onde, somente então, verificaram tratar-se de engano. Ao perguntar o motivo da prisão, foi agredido com socos no estômago. Os policiais militares tinham mandado contra Carlos da Silva (e não Carlos Grassi), trabalhador rural de Campos Novos.

Além da truculência, das ofensas morais e agressões físicas praticadas pelos policiais militares contra os agricultores e suas famílias, verificou-se que o pedido de prisão e a ordem judicial imputavam genericamente “vários crimes” aos acusados (formação de quadrilha voltada à prática de extorsão, ameaça, lesão corporal, dano, apologia e incitação ao crime). Os documentos sempre se referiam em terceira pessoa aos integrantes do “bando”, sem individualizar as condutas e presumindo a culpa deles. A ação penal contra os “criminosos” só seria proposta em 21 de março, dez dias após a prisão, ou seja, sequer havia processo criminal contra os presos.

Somente na bacia rio Uruguai, inicialmente, foram processados 107 defensores/as de direitos humanos, entre eles 11 mulheres. O número de processos aumentou ainda mais e há multas de 1.000,00 a 10.000,00 reais, em caso de protestos ou ocupações. Dez pessoas acusadas pela Usina Hidrelétrica de Campos Novos respondem por processos que podem significar até trinta anos de prisão. E outros dez podem ser condenados a pagarem multas indenizatórias de até um milhão de reais. Na região da hidrelétrica da Machadinho, 14 pessoas respondem a processos criminais com penas de até trinta anos de prisão.

Nas ações de natureza civil contra os defensores de direitos humanos destacam-se as de reintegração de posse; de obrigação de não fazer; de interdito proibitório; cautelar

In the fulfillment of these prison warrants, the largest police repression ever registered against the MAB so far was carried out in a military operation on the dawn of Saturday, 12th March, involving about 60 police officers (two lieutenants, three sergeants, twenty corporals and thirty five policemen). Five small farmers were arrested and sixteen vehicles (of which one school bus - leaving 55 children without being able to go to school on the 16th of March) were apprehended. Édio Grasse, one of the arrested, was at his crop with his seven year old son when the police arrived. The child was taken to the police station with his father in Campos Novos even though the police officers knew that Édio's wife was home, since she was the one that informed them where Édio was. They could have left the child with his mother, but instead chose to take him to the police station with the arrested father. Carlos Grasse, Édio's brother, was arrested, handcuffed and taken to the police station where, only then, did they notice they had made a mistake. When he asked for the motive of his prison he was answered with punches in his stomach. The policemen had a warrant for Carlos da Silva, a rural worker of Campos Novos (and not Carlos Grassi).

Aside the aggressiveness, the moral offenses and physical aggressions perpetrated by the military police against the agricultors and their families, the order for prison and the judicial order generically attributed “various crimes” on the accused (conspiracy with intention of extortion, threat, corporal lesion, damage, incitation and apology of crime). The documents always referred to the people in the third person as integrants of the “mob”, without individualizing their conducts and presuming them guilty. The prosecution against the “criminals” would only be proposed on the 21st of March, ten days after their arrest, meaning that at the time they were taken prisoners there weren't even criminal charges against the detained.

In the Uruguay basin alone, initially 107 defenders of human rights, among them 11 women, were prosecuted. The number of lawsuits kept rising and there are fines of 570 to 5700 US\$ in case of protests or occupations. Ten people accused by the Hydroelectric plant of Campos Novo are responding to processes that can lead to up to thirty years of prison. Other ten might be convicted to pay indemnity of up to US\$57.140 (1 million reais). In the region of the hydroelectric of Machadinho 14 people respond to criminal cases with penalties of up to thirty years of prison.

inominada; e de indenização. Já nas ações de natureza penal os defensores de direitos humanos são acusados dos seguintes crimes, todos eles supostamente praticados durante mobilizações e protestos contra as barragens: formação de quadrilha (art. 288 CPB); esbulho possessório (art. 161, §1º, II CPB); dano (art. 163 CPB); invasão de áreas de segurança nacional (art. 265 CPB); descumprimento de decisão judicial (Desobediência, art. 330 CPB); crime contra a liberdade do trabalho (art. 197 CPB); ameaça aos funcionários das empresas (art. 147 CPB); destruição de marcos das barragens (art. 163 e 161 CPB); furto de bens nos canteiros de obras (art. 155 CPB); obstrução de vias públicas (não é crime); perturbação do sossego público (art. 54 da lei de contravenção penal); extorsão (art. 158 CPB); incitação ao crime (art. 286 CPB); lesões corporais (art. 129 CPB); constrangimento ilegal (art. 146 do CPB); vias de fato (art. 21 da lei de contravenção penal).

Avanços, desafios e propostas

O MAB denunciou os policiais e as empresas envolvidas na criminalização dos defensores de direitos humanos, mas os agentes estão impunes até hoje. A representante especial da Organização das Nações Unidas (ONU), Hina Jilani, esteve em Santa Catarina no final de 2005, ocasião em que conheceu o Movimento dos Atingidos por Barragens e a situação enfrentada na Barragem de Campos Novos. No relatório sobre a “Promoção e proteção dos direitos humanos” Hina destaca a importância da ação do MAB e repercutiu as denúncias no governo brasileiro e no exterior.

Graças à mobilização, os atingidos obtiveram algumas reparações pelos direitos econômicos, sociais e culturais violados pela barragem. Fruto desse processo, 155 famílias conquistaram o direito de receber indenização pela perda de suas atividades econômicas. Foi também firmado um termo de acordo de repasse de R\$5,9 milhões para estas famílias obterem terra, moradia e garantia de suas atividades econômicas.

2.2. O crime de ser MST: do direito à livre manifestação à lei de segurança nacional

O Brasil é o segundo país do mundo na concentração de terras. Apesar de envolver 74% da força de trabalho rural e produzir 70% do alimento consumido internamente, a pequena propriedade representa apenas

In the cases of civil nature against defenders of human rights the following actions stand out: actions of ejectment; obligation of not doing; injunctions; and of indemnity. As for the actions of punitive nature the defenders of human rights are accused of the following crimes, all of them allegedly committed during the mobilizations and protests against the dams: conspiracy (art. 288 CPB); violent trespassing (art. 161, §1º, II CPB); property damage (art. 163 CPB); invasion of national security areas (art. 265 CPB); disobeying a court order (Desobediência, art. 330 CPB); crime against the freedom of work (art. 197 CPB); threats to the companies’ employees (art. 147 CPB); destruction of marks of the dams (art. 163 e 161 CPB); theft of goods at the construction site (art. 155 CPB); obstruction of public roads (is not a crime); disturbing the public peace (art. 54 of the criminal contravention law) extortion (art. 158 CPB); incitation of crime (art. 286 CPB); physical injury (art. 129 CPB); illegal constraint (art. 146 do CPB); misdemeanors (art. 21 of the criminal contravention law).

Advances, challenges and proposals

The MAB denounced the police officers and companies involved in the criminalization of the defenders of human rights, but these agents are unpunished till this day. The special rapporteur of the United Nations (UN), Hina Jilani, was in Santa Catarina in the end of 2005, occasion in which she met the Movement of the Affected by Dams and the situation of the Dam of Campos Novos. In her report on the “Promotion and Protection of Human Rights” Hina emphasizes the importance MAB’s actions and repercussions the denounces to the Brazilian government and the world.

Thanks to the mobilization the affected gained some damage repair for the economical, social and cultural rights violated by the dam. As a result of this process 155 families conquered the right to indemnity for the loss of their economical activities. An agreement to repass R\$5,9 millions for these families to obtain land, habitation and guarantee of their economical activities.

2.2. The crime of being MST: from the right to free manifestation to the national security law

Brazil is the second country in the world when it comes to concentration of land. Despite of concentrating 74% of the rural manpower and of producing 70% of the food con-

24% das terras agricultáveis. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) luta contra essa concentração e injustiça no campo, organizando ocupações de áreas improdutivas e promovendo a produção ecologicamente correta. Atualmente, quase 100 mil famílias organizadas pelo MST estão acampadas em beiras de estradas exigindo reforma agrária. Perseguição política e criminalização a defensores de direitos humanos ligados à reivindicação da reforma agrária no Brasil são ameaças constantes aos que lutam para plantar e reduzir a concentração de terras no país.

Contexto - A situação da reforma agrária no Rio Grande do Sul

Historicamente, a concentração de terras tem caracterizado a estrutura fundiária do Rio Grande do Sul. A ocupação e uso da terra geraram duas realidades distintas no Estado. Na metade norte, organizada em pequenas propriedades, desenvolveu-se um mercado local pujante e altos índices de desenvolvimento humano. Na metade sul, caracterizada pela presença significativa do latifúndio, os índices invertem-se, demonstrando baixo grau de desenvolvimento econômico e social.

A reação aos sem-terra no Rio Grande do Sul é emblemática. Através da luta organizada pelo MST, mais de 12 mil famílias conquistaram a terra no Estado e organizam-se em cerca de 300 assentamentos, com dezenas de cooperativas e associações de produção. Mas 2.500 famílias ainda esperam a reforma agrária em onze acampamentos no Estado, distribuídas nas regiões norte, fronteira oeste, sul e metropolitana. Algumas dessas famílias estão há mais de quatro anos acampadas, lutando pela reforma agrária e pela oportunidade de produzir alimentos.

A alta cotação das terras, os entraves jurídicos, a oposição da mídia e dos fazendeiros têm contribuído para estancar o atendimento à demanda por reforma agrária no Rio Grande do Sul. Nos últimos cinco anos, menos de 800 famílias foram assentadas. Estes índices são inferiores aos governos do regime militar.

Descrição das violações - Criminalização dos defensores de direitos humanos no RS

Considerar crime atos e protestos ou criminalizar os integrantes e líderes de movimentos sociais não é nenhuma novidade no Brasil ou na América Latina, onde assassinatos, ameaças, difamação pela imprensa, prisões e espionagem de defensores de Direitos Humanos são fatos corriqueiros. No

sumed internally, small property represents only 24% of the arable land. The Movement of the Landless Workers (MST) fights against this land property concentration and injustice in the countryside by organizing occupations of unproductive areas and promoting ecologically correct production. Nowadays almost 100.000 families organized by the MST are camped in borders of roads demanding land reform. Political persecution and criminalization of defenders of Human Rights linked to the demand of land reform in Brazil are constant threats to those who fight to reduce land concentration in our country and plant.

Context - The situation of the land reform in Rio Grande do Sul

Historically the concentration of land has characterized the land structure in Rio Grande do Sul. The occupation and use of the land have led to two different realities in the state. The northern half which is organized in small properties developed a prosper local market and high development numbers. In the southern half, characteristically marked by the presence of great properties, the indicators are the opposite, demonstrating low social and economical developments.

The reaction to the landless in Rio Grande do Sul is emblematic. By means of organized struggle organized by the MST more than 12 thousand families obtained land in the state and organize themselves in about 300 settlements, with dozens of cooperatives and associations of production. But 2.500 families are still waiting on land reform in eleven settlements in this state, distributed in the north, west border, south and metropolitan regions.

The high values of the land, legal barriers, the opposition of the media and of the farmers have contributed to inhibit the supply of the demand of land-reform in Rio Grande do Sul. In the last five years less than 800 families were settled. These statistics are inferior even to those of military regimes.

Description of the violations - Criminalization of human rights defenders in Rio Grande do Sul

In Brazil or in Latin America considering protests and political acts crimes or criminalizing members and leaders of social movements is nothing new. Here murders, threats, slandering by the press, arrests and espionage of Human Rights defenders are trivial facts. This kind of thing last happened twenty years ago when the "diretas já" campaign

entanto, há mais de vinte anos - quando a campanha pelas "diretas já" antecipava a derrocada da ditadura militar - não se criminalizava a existência de um movimento social sob a acusação de "defender o socialismo", "desenvolver a consciência revolucionária", possuir uma "opção leninista" ou cultuar personalidades do comunismo como Karl Marx e Che Guevara.

Conhecido no mundo todo por sua capital, Porto Alegre, ter sediado os primeiros Fóruns Sociais Mundiais, esse Estado passou a ser foco de atenção por ser o palco de um conjunto de ações obscurantistas contra o MST, dignas do auge da guerra fria e das ditaduras militares na América latina.

Em 11 de março de 2008 o Ministério Público Federal de Carazinho, ingressou com ação criminal, aceita pela Justiça Federal, contra oito supostos integrantes do MST pelo cometimento de delitos contra a "Segurança Nacional". A ação se baseia na Lei de Segurança Nacional (LSN) promulgada em 1983, no final da ditadura militar. Segundo a denúncia, nos anos de 2004, 2005 e 2006, os grupamentos dos quais faziam parte os acusados "*constituíram um 'Estado paralelo', com organização e leis próprias*", teriam resistido ao cumprimento de ordens judiciais, "*ignoraram a legitimidade da Brigada Militar*", teriam utilizado táticas de "guerrilha rural" e estariam recebendo apoio de organizações "estrangeiras" tais como a Via Campesina e as FARC— *Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia*".³ "Eles (os sem-terra) afrontaram o Estado de Direito de forma sistemática", declarou a procuradora que ingressou com a ação em entrevista à imprensa. Estes fatos são enquadrados nos arts. 16, 17 e 20 da LSN cujas penas máximas somadas são de 30 anos de reclusão e tratam dos "integrantes de grupamentos" que tenham por objetivo a mudança do Estado de Direito com uso de violência e de atos de terrorismo por inconformismo político.

Se todo mal traz um bem consigo, o mérito desta ação penal foi divulgar a existência de três documentos "secretos" que a procuradora usa como "provas" contra os acusados. O primeiro deles intitulado "Situação do MST na região norte do RS", de maio de 2006, foi elaborado pelo Coronel Waldir João

(the campaign for direct elections in Brazil) anticipated the fall of the military dictatorship social movements were criminalized under the accusation of "defending socialism", "developing revolutionary consciousness", having a "Leninist option" or worshipping communist personalities like Karl Marx and Che Guevara.

Known in the whole world for the fact that its capital Porto Alegre hosted the first World Social Forums, this state now has been the centre of attentions for being stage of series of obscure actions, worthy of peak cold war and military dictatorships in Latin America strategies.

On March the 11th the Public Federal Ministry of Carazinho filed a criminal lawsuit, accepted by the Federal Justice, against eight alleged members of the MST for the commitment of crimes against "National Security". The lawsuit was based on the Law of National Security promulgated in 1983, at the end of the military dictatorship. According to the complaint in the years of 2004, 2005 and 2006, the groups of which the accused were part of "constituted a 'parallel State' with proper law and organization", had resisted the observance of judicial orders, "ignored the legitimacy of the Military Brigade",² had used "rural guerilla: tactics and were allegedly being supported by "foreign" organizations such as the Via Campesina and the FARC- Revolutionary Armed Forces of Colombia".³ "They (the landless) affronted the State of Rights in a systematic manner", declared the attorney who filed the complaint to the press. These facts are encountered in the articles 16, 17 and 20 of the National Security law and the sum of the maximum penalties against the: "members of the groups" who have the intention of changing the State of Rights with the use of violence and acts of terrorism through political inconformity, is of 30 years of incarceration.

If all evil brings some good along the merit of this criminal lawsuit was the disclosure of the existence of three "secret" documents that the attorney uses as "evidence" against the accused. The first, called: "Situation of the MST in the northern region of RS", dated May 2006, was elaborated by Coronel

2 Denominação da Polícia Militar do RS.

3 Cabe destacar que, a pedido da procuradora, a Polícia Federal de Passo Fundo, investigou o MST do RS durante 2007 e não conseguiu encontrar provas da existência de vínculos do movimento com as FARC ou presença de estrangeiros realizando treinamento de guerrilha nos acampamentos do movimento. Concluiu pela inexistência de crimes contra a segurança do Estado, não indiciando nenhum acusado e requerendo o arquivamento do inquérito policial.

2 Name of the military police in Rio Grande do Sul.

3 It is convenient to highlight that, at request of the attorney, the Federal Police of Passo Fundo investigated the MST of Rio Grande do Sul during the year of 2007 and was unable to find evidence of the existence of any bonds with the FARC or the presence of foreigners participating in guerilla training at the camps of the movement. Therefore they concluded that crimes against the State security inexist and therefore did not indict any accused and requested the closure of the police investigation.

Reis Cerutti⁴, chefe do Comando Regional do Planalto da Brigada Militar do RS. Neste relatório do serviço secreto da Brigada Militar - BM (PM2), de caráter "reservado", consta que órgãos públicos federais como o INCRA e a Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, um deputado estadual e movimentos sociais (MST, MAB e MPA) são alvos de investigações dos serviços secretos da Polícia. Nas conclusões são apresentadas várias "teses": vinculação do governo federal ao MST; do MST com uma organização criminosa organizada nos presídios paulistas (PCC); do MST com as FARC; presença de estrangeiros nos acampamentos para dar treinamento militar. A tese mais "espetacular" é a de que o movimento objetiva criar uma "zona de domínio" territorial no sul do Brasil, na região compreendida entre a Fazenda Anoni (onde 400 famílias estão assentadas) e a Fazenda Guerra. Essa última estaria sendo reivindicada para desapropriação para reforma agrária, segundo o documento, por ser uma região "estratégica" do ponto de vista geopolítico por sua localização, que permitiria acesso às fronteiras com a Argentina, e por ser uma das mais ricas e produtivas regiões do Estado.

O segundo documento deles, o relatório de inteligência "reservado" n. 1124-100-2007, elaborado pelo serviço secreto da BM (PM2) a pedido do subcomandante geral do Estado Maior, cel. Paulo Roberto Mendes Rodrigues, conclui que a atuação da Via Campesina – em especial o MST - afronta a ordem pública e a ordem constituída. Caracteriza-os como movimentos que "deixaram de realizar atos típicos de reivindicação social para realizar ações criminosas, taticamente organizadas como se fossem operações paramilitares".

Neste período foram descobertos inúmeros grampos telefônicos clandestinos. Ocorreram apreensões ilegais de documentos e agendas de manifestantes, infiltração de agentes da PM2 como agitadores em protestos. Havia monitoramento de pessoas e sedes de entidades e identificação criminal "massiva" dos participantes de atos públicos, fossem estudantes, sindicalistas ou integran-

Waldir João Reis Cerutti,⁴ chief of the Regional Command of the Planalto of the Military Brigade of RS. This report of "reserved" aspect made by the secret service of the Military Brigade – BM (PM2), states that federal public organs such as the INCRA and the National Company for Supplies (CONAB), one state deputy and social movements (MST, MAB and MPA) are target of police's secret service investigations. At the 'conclusions' different "theories" are presented: link of the federal government to the MST; of the MST with a criminal organization acting in the prisons of São Paulo state (PCC); of the MST with the FARC; presence of foreigners at the campings so as to provide military training. The most "spectacular" theory is that the movement plans to create a "zone of territorial dominion" in the south of Brazil, in the region between the Anoni Farm (where 400 families are settled) and the Guerra Farm. According to this document, the Guerra Farm is being claimed for land reform disappropriation because it's a "strategic" region and because its localization from the geopolitical point of view would give access to Argentina borders and also because it's one of the richest and most productive regions of the state.

The second document, the "reserved" intelligence report n. 1124-100-2007, elaborated by the secret service of the Military Brigade by command of the general sub commandant coronel, Paulo Roberto Rodrigues, concludes that the acts of the Via Campesina – and specially the MST – affronts the public and established order. He defines the movements as "having switched from carrying out typical acts of social reivindication to carrying out criminal actions, tactically organized as in paramilitary operations".

At this time innumerable illegal phone taps were discovered. Documents and manifestants' agendas were illegally apprehended. PM2 agents infiltrated themselves in protests act as agitators. People and head offices were monitored and there was "massive" criminal identification of the participants in public acts, whether they be students, syn-

4 Quando de sua passagem para a reserva em 2007, em entrevista ao jornal Periódico Central de Passo Fundo, o coronel declarou que, durante a ditadura militar brasileira, nos anos 80, permaneceu cerca de três anos infiltrado no MST, no Acampamento da Encruzilhada Natalino. Com o codinome Toninho, fazia se passar por um funcionário barbudo e cabeludo do INCRA. Conquistou a simpatia de parte dos acampados e deixou 34 afiliados de batismo e casamento. "Fiquei cerca de três anos no Serviço de Inteligência. Morava nas barracas junto com os sem-terra. Quando tinha oportunidade, passava informações para o comando através de um rádio escondido numa borcharia das proximidades. Meu objetivo era convencer as pessoas a irem para os assentamentos oferecidos pelo governo. Assentei muita gente no Mato Grosso".

4 At the occasion of his location to the military reserve, in 2007 in an interview to the newspaper *Periódico Central de Passo Fundo* the coronel declared that during the Brazilian military dictatorship, in the 80's, he was infiltrated in the MST at the Encruzilhada Natalino settlement for three years. Under the codename Toninho he pretended to be a hairy employee of the INCRA. He gained sympathy in the movement and left behind 34 godchildren and ... I was in the Intelligence Service for three years. I lived in the shacks with the landless. When I had the opportunity I passed in formation to the command through a radio I hid in a shop in the proximities. My goal was to convince people to go to the settlements offered by the government. I settled a lot of people in Mato Grosso

tes de movimentos sociais.⁵ Na maioria dos despejos e protestos ocorreu a mobilização de grandes contingentes de policiais (de 100 e 800 policiais) do BOE – Batalhão de Operações Especiais, com uso de fardamento camuflado (semelhante ao do exército), aquartelamento das tropas, mobilização da banda marcial e formação de pelotões com cavalaria e cães.

O fato mais significativo de todos talvez tenha sido a atuação conjunta da Polícia Civil (60 agentes), Polícia Militar (800 policiais), Polícia Federal, Corpo de Bombeiros e Polícia Rodoviária Estadual, para dissolver, o XXIV Congresso Estadual do MST⁶ realizado nos dias 14 a 17 de janeiro de 2008. O motivo para a dissolução foi o cumprimento do mandado de busca e apreensão de R\$ 200, uma máquina fotográfica e um anel. Este “exército” cercou todos os acessos à comunidade da COANOL, no assentamento da Fazenda Annoni (berço do MST no Brasil). A área ficou “congelada” o dia inteiro. Desde as seis horas da manhã nenhum dos mil e quinhentos participantes do congresso pôde entrar ou sair do local. Todas as atividades programadas para o último dia, 17 de janeiro, foram suspensas. Os presentes queriam fazer valer seu direito de reunião e a PM queria ingressar e identificar criminalmente todos participantes. No final da tarde, cerca de 200 policiais ingressaram no local e revistaram os ônibus e alojamentos e nada foi encontrado, mas o congresso estava encerrado.

O terceiro documento revela que o Conselho Superior do Ministério Público - CSMP do RS, órgão independente dos outros três poderes da República, cuja missão seria defender a Constituição Federal, descumpra seu papel no Estado. Instaurou um procedimento administrativo e designou dois promotores para realizar um levantamento de dados sobre as atividades do MST. Os investigadores enfocaram em sua tarefa a “atividade de inteligência”, “fundamental para planejamento estratégico”, formulando relatório com os seguintes tópicos “1. Compreensão do fenômeno MST, 2. Identificação de seus focos de atuação, 3. Esclarecimento de seu *modus operandi*, 4. Levantamento das conseqüências de sua atuação, táticas e jurídicas; 5. Propositura de linhas de enfrentamento do problema.” Ao apresentar o relatório conclusivo das investigações ao CSMP, o conselheiro-relator, procurador Gilberto Thums, defendeu a necessidade de “desmascarar o

dicalists, or members of social movements.⁵ At most evictions and protests great contingents of police were mobilized (from 100 to 800 policemen) of the Battalion of Special Operations, with the use of camouflage garment (similar to those of the army), call to readiness of troops, mobilization of the marching band and formation of squads with cavalry and dogs.

Perhaps the most significant fact of all was the union of the Civil Police (60 agents), Military Police (800 policemen), Federal Police, Fire Corps and the state Highway Police to dissolve the MST's 24th state Congress⁶ held on the 14th and 17th January of 2008. The motive for the dissolution was the enforcement of the search and apprehension warrant for US\$ 114,30, (R\$200) one photo camera and a ring. This “army” closed all access to the COANOL community, at the Fazenda Annoni settlement (birthplace of the MST). The area was “frozen” all day. From six a.m. on none of the 15 hundred participants of the congress were able to leave or enter the place. All activities for the 17th, the last day, were cancelled. Those present wanted to exercise their right to reunion and the police wanted to enter and criminally identify all participants. At the end of the afternoon about 200 policemen entered the place, searched the bus, the accommodations and nothing was found, but the congress was over.

The third document reveals that the Superior Council of the Public Ministry – CSMP of RS, an organ whose mission it should be to defend the Federal Constitution, mission which it does not accomplish, and is independent from the Republic's three powers. They opened an administrative procedure and assigned two prosecutors to collect data on the MST's activities. In their assignment the investigators focused on “intelligence activity”. “which is fundamental for strategic planning”, putting together a report with the following topics “1. Comprehension of the MST phenomenon, 2. Identification of their action scope, 3. Elucidation of their *modus operandi*, 4. Identification of the consequences of their work: tactically and juridically. 5. Proposition of lines of combat against the problem.” At the occasion of the presentation of the conclusive report of the CSMP's investigations, the prosecutor, Gilberto Thums defended the necessity of “unveiling the MST”, since according to him “it's a criminal organization with clear Leninist inspiration that uses rural guerilla tactics”. The prosecutor criticized the public power's complacency, knowingly the

5 Estima-se que mais de 2000 manifestantes e lideranças foram “fichados” pela PM2 nestes dois anos, pelo menos 200 responderam processos judiciais.

6 Ação similar ocorreu há 40 anos durante a ditadura militar brasileira quando da dissolução do Congresso da UNE em Ibiúna – SP.

5 It is estimated that more than 2000 manifestants and leaderships have been “booked” by the PM2 in these two years, at least 200 had to respond lawsuits.

6 Similar action occurred 40 years ago, during the military dictatorship, when they dissolved UNE (National Students Union) Congress in Ibiúna – SP.

MST”, por tratar-se, segundo ele, de “uma organização criminosa, com nítida inspiração leninista, que se utiliza de táticas de guerrilha rural”. O procurador criticou a complacência do poder público, notadamente dos “governos de esquerda” que se limitariam a “fornecer cestas básicas, lonas para as baracas, cachaça, treinamento em escolas para conhecer a cartilha de Lênin, etc”. O procurador chama de “vagabundos” e “invasores movidos a cachaça” os sem-terra. Propõe que sejam ingressadas ações judiciais para a “dissolução do MST e a declaração de sua ilegalidade”. E ainda: “suspender marchas colunas, ou outros deslocamentos em massa de sem-terras”; “investigar os integrantes de acampamentos e a direção do MST pela prática de crime organizado”; intervir “nas três ‘escolas’ (...) de influência externa do MST”; desativar os acampamentos “que estejam sendo utilizados como ‘base de operações’ para invasão de propriedades”; investigar os “assentamentos promovidos pelo INCRA ou pelo Estado do Rio Grande do Sul”. Por fim, sugere a “formulação de uma política oficial do Ministério Público (...) com a finalidade de proteção da legalidade no campo”.

Na reunião de 03 de dezembro de 2007 o voto e os encaminhamentos propostos pelo procurador foram submetidos e aprovados por UNANIMIDADE pelo CSMP. O Conselho decidiu ainda “que o referido expediente [o processo administrativo n.º 16315-09.00/07-9] tem caráter confidencial (...)”.

Após várias denúncias destes atos do Ministério Público do RS – MPRS, o CSMP esclareceu que em 07 de abril de 2008 reuniu-se em nova sessão e fez retificação da ata do dia 03 de dezembro de 2007. E isso se deu por conta da repercussão e reação dos setores democráticos da sociedade brasileira. Ainda em 30 de junho de 2008, em nova reunião do MPRS, foi afirmado que tudo não passou de um equívoco. Tudo que constou na ata não foi aprovado, fazendo constar que a deliberação do conselho teria sido somente a de designar “promotores de justiça para conhecer o expediente e levar a efeito as medidas legais cabíveis” e não os encaminhamentos propostos pelo procurador Thums.

Apesar da retificação, as decisões propostas pelo relator do processo foram executadas por integrantes do MP em todo o Rio Grande do Sul. Várias ações visando impedir marchas, cancelar títulos eleitorais, retirar crianças de marchas, e solicitar despejos de acampamentos continuaram ocorrendo. Em 11 de junho de 2008, mesmo dia em que o cel. Mendes dispersava uma manifestação nas ruas da capital gaúcha, vários promotores ingressaram com uma ação judicial e obtiveram liminar para o despejo de dois acampamentos

“left-wing governments” which limit themselves in “offering consumer baskets, canvas for the tents, cachaça (typical Brazilian alcoholic drink), school training to learn the Lenin manual, etc” he calls the landless: “bums” and “invaders moved by alcohol”. He proposes judicial measures for the dissolution of the MST and the declaration of its illegality”. It is also necessary to: “suspend marching columns, or any other mass displacements of landless; investigate members of the MST campings and management for the practice of organized crime; intervene in the three schools (...) of MST’s external influence; deactivate the campings that are being used as “operation bases” for the invasion of properties; investigate the settlements promoted by the INCRA or the state of Rio Grande do Sul”. He also suggests the “formulation of an official policy from the Public Ministry (...) with the intention to protect legality in the countryside.”

According to a survey done by the Organization of the Ibero-American for Education, Science and Culture (OEI) in its publication “Map of Violence in Brazilian Municipalities) Coronel Sapucaia is the third in the ranking of Brazilian municipalities with the greatest numbers of homicides (per 100.000 inhabitants) in its total population in the period between 2002/2004.

In the meeting of the 3rd of December, 2007 the votes and solutions proposed by the attorney were submitted and approved by unanimity by the CSMP. The Council also decided that “this session [the administrative process number 16315-09.00/07-9] is confidential (...)”.

After several denounces of these acts at the Public Ministry of Rio Grande do Sul – MPRS, the CSMP explained that on the 7th of April of 2008 they gathered in a new meeting and had the minutes of the 3rd of December of 2007 rectified. This happened because of the repercussion and reaction of the democratic sectors of Brazilian society. On the 30th of June, 2008, in a new meeting of the MPRS they declared that it

Was nothing more than a mistake. Everything on the minute was disapproved, making it understood that the Council’s deliberation had been only to designate “Prosecutors to know about the session and take the necessary legal measures” and not the suggestions proposed by the attorney Thums.

Despite of the rectification, the decisions proposed by the rapporteur of the process were carried out by members of the Public Ministry in all of Rio Grande do Sul. Several actions with the intention to prevent marches, cancel voting titles, remove children from the marches and the solicitations for

do MST existentes em propriedade privada legalmente cedida pelos proprietários aos acampados. No dia 17 de junho de 2008, os mesmos promotores, ingressaram com outras três ações nas comarcas de São Gabriel, Canoas e Pedro Osório, criando zonas de restrição de direitos ao redor de três fazendas que são reivindicadas para fins de reforma agrária pelo MST. Na prática, as ações criaram zonas especiais onde os direitos de ir e vir, de reunião e manifestação estão suspensos e colocam em risco a integridade física de cerca de 800 famílias que estão à mercê da violência e abuso de poder da PM, que passou a ter respaldo judicial para atuação arbitrária.

Avanços, desafios e propostas

O MST denunciou esta situação junto à Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, OEA, ONU, CDDPH da SEDH, e ao Comitê Estadual contra a Tortura. Entretanto, todos os policiais militares ainda estão impunes. A reação das forças democráticas brasileiras foi surpreendente: centenas de entidades nacionais e internacionais se manifestaram em defesa do MST. Fruto do processo de mobilização, o governo federal tem sido constrangido a acelerar o processo de reforma agrária.

2.3. A criminalização das mulheres camponesas

A violação de direitos das mulheres camponesas ocorre numa época em que a ação dos movimentos sociais é fortemente criminalizada no Brasil. Diversas organizações e o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) têm se deparado com essas violações na luta para melhorar a situação de milhões de produtoras de alimentos, discriminadas e sem direitos aos serviços públicos de previdência social, educação e saúde.

Uma das bandeiras do MMC é frear a expansão da monocultura da celulose, que expulsa camponesas, indígenas e afrodescendentes do campo. A expansão da celulose se deu a partir dos anos 70, nas regiões Sudeste e Sul do Brasil. No Rio Grande do Sul, esse avanço foi iniciado em 1972, nas margens do Rio Guaíba, região produtora de arroz, com pastagens naturais e pesca. Com financiamento governamental, nessa área foi instalado um grande complexo industrial de pasta de celulose para a exportação, pela multinacional Aracruz Celulose, associada com a Estora Enzo e a Votorantim. Essas três empresas planejam plantar, em menos de dez anos, cerca de um milhão de hectares de "deserto verde".

evictions continued going on. On the 11th of July of 2008, the same prosecutors entered three more procedures in the counties of São Gabriel, Canoas and Pedro Osório, creating restriction zones of rights surrounding three farms which are vindicated for means of agrarian reform by the MST. In reality the procedures created special zones in which the right of movement, of meeting and to demonstrate were suspended and put in risk the physical well-being of 800 families who were left to violence misfeasance of the Military Police, which obtained judicial support for arbitrary actions.

Progresses, Challenges and proposals

The MST denounced this situation with the Federal Senate's Committee for Human Rights, OEA, UN, CDDPH and SEDH and the state Committee against Torture. However, all military police officers are still unpunished. The reaction of the Brazilian democratic forces was amazing: hundreds of national and international agencies manifested themselves in defense of the MST. Because of the mobilizations the federal government has been embarrassed into speeding up the process of agrarian reform.

2.3. The criminalization of the peasant women

The violation of peasant women's rights occurs in a time in which the actions of social movements are strongly criminalized in Brazil. Several organizations including the Movement of Peasant Women (MMC) have faced these violations in the fight to better the situation of millions of food growers, discriminated and without access to the public services of social security, education and health.

One of the goals of MMC is to slow down expansion of cellulose monoculture, which drives away peasants, indigenous people and afro descendants from countryside. Expansion of cellulose started in the 70's, in southeast and south Brazil. In Rio Grande do Sul this expansion was initiated in 1972, on banks of the Guaíba River a rice crop region with natural pastures and fishing activities. With governmental financing, a huge industrial complex of cellulose paste was implanted by multinational Aracruz Celulose, associated with Estora Enzo and Votorantim. These three companies intend to plant, in less than ten years, about one million hectares of "green desert" (as we call the fields of monoculture eucalyptus).

Há uma total servidão do Estado às empresas, até mesmo com alteração de leis para garantir os interesses do capital. Exemplo disso foi diminuição da área de fronteira nacional de 150 km para 50 km. E ainda a total desestruturação da Fundação Estadual de Proteção Ambiental - FEPAM (órgão executivo do Estado do RS, responsável pela vistoria e liberação de áreas para plantios).

Em contraposição a isso estão os movimentos sociais, representantes da classe trabalhadora. Buscando fazer um enfrentamento ao sistema capitalista e patriarcal, onde as relações comerciais e a opressão das mulheres são fenômenos firmemente entrelaçados, ousaram fazer uma ação de prejuízo contra o capital que tanto viola os direitos humanos. Essa ação se baseou no direito de resistência que consiste em reagir a um estado de coisas que frontalmente prejudicam a dignidade da pessoa humana. Por isso, essa ação foi de extrema ousadia.

Descrição das violações de direitos, durante invasão na sede das Associações de Mulheres, em Passo Fundo, em 21 de março de 2006.

Na tarde de 21/03/2006, em Passo Fundo/RS, a pretexto de se buscar elementos incriminatórios acerca de manifestação do Movimento de Mulheres Camponesas e das mulheres da Via Campesina, no dia 08 de março, em fazenda da multinacional Aracruz Celulose, em Barra do Ribeiro/RS, cinco agentes da Polícia Civil gaúcha, chefiados pelo Delegado da 29ª Delegacia de Polícia Regional de Camaquã/RS, Rudimar de Freitas Rosales, em cumprimento a Mandado de Busca e Apreensão (autorizado pela 1ª Vara Criminal da Comarca de Passo Fundo) na sede da Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul – AMTR/RS. A partir de virulenta e ilícita ação, invadiu, sem qualquer mandado, a sede nacional da Associação Nacional de Mulheres Camponesas (ANMC), promoveu devassa em todos os cômodos e objetos do local, muitos dos quais sendo abusivamente apreendidos.

Na sede da ANMC uma dirigente e uma funcionária foram mantidas em virtual cárcere privado, sem se locomoverem sequer para tomar água e irem ao banheiro. Permaneceram durante o tempo da diligência sob a mira de arma de fogo, e por cerca de 30 minutos, sob intensa violência psicológica, humilhação e ameaças.

Condutas abusivas e ilegais também ocorreram na sede da AMTR/RS, onde sete mulheres e uma criança sofreram as mesmas ameaças. Foram confinadas em uma pequena peça da casa, proibidas de se comunicarem com advogado.

The State is totally submissive to the companies, reaching the point of changing laws to assure the interests of the capital. An example is the reduction of the area of national frontier from 150 km to 50 km. And also the complete destructuring of the state Foundation for Environmental Protection - FEPAM (an executive organ of the state of Rio Grande do Sul, responsible for the inspection and clearance of areas for crops).

On the other side are the social movements, representants of the working class. They dared to take an action of damage against the capital that so much violates the human rights, confronting the patriarchal and capitalist system, where commercial relations and women's oppression walk together. This action was based on the right of resistance, which consists of reacting to a state of things that frontally harm the human person's dignity. That is why this action was of extreme audacity.

Description of the violation of rights during the invasion at the headquarters of the Women's Association in Passo Fundo, on the 21st of March of 2006.

On the afternoon of 21/03/2006, in Passo Fundo, Rio Grande do Sul with the pretext of looking for incriminatory elements amongst the manifestation of the Movement of the Peasant Women and the women of the Via Campesina, on the 8th of March on the multinational farm of Aracruz Celulose, in Barra do Ribeiro/RS (Rio Grande do Sul), five agents of the Civil Police of RS under the command of the chief of the 29th Regional Police station of Camaquã/RS, Rudimar de Freitas Rosales, in service of the Apprehension Warrant (authorized by the 1st criminal jurisdiction of the South - AMTR/RS. Without any warrant in a violent and illegal action the police invaded the national head office of the National Association of the Peasant Women (ANMC) and havocked the rooms and objects of the place, many of the objects being abusively apprehended.

At the head office of the ANMC one manager and an employee were virtually kept in false imprisonment, without even being able to move to drink water and go to the bathroom. During the diligence they were kept in the aim of a fire weapon and for about 30 minutes were kept under severe psychological violence, humiliation and threats.

Abusive and illegal conducts also occurred at the head office of the AMTR/RS, where seven women and one child suffered the same threats. They were confined in a small room of the house, and were forbidden to contact their attorney.

Em face da legislação brasileira, desconsiderando garantia fundamental da Constituição Federal de 1988 – impressa no art. 5º, inciso XI –, integrando a 1ª Dimensão de Direitos Fundamentais, de validade universal, os agentes estatais, além do abuso de poder (sem punição), perpetraram o crime de violação de domicílio. Previsto como fato típico penal no art. 150, do Código Penal – agravado, conforme o § 2º, por serem os acusados funcionários públicos –, foram denunciados pelo Ministério Público, em 26/12/2007, no procedimento nº 021/2.07.0010501-0.

Ignorando todas as evidências e autoria constantes da diligente investigação da Promotoria e julgando de forma parcial – na prática, chancelando a ilegal ação policial –, o magistrado Antônio Eliseu Hildebrando de Arruda, da 2ª Vara Criminal da Comarca de Passo Fundo, rejeitou sumariamente a sólida denúncia apresentada, nos seguintes termos:

Rejeito a denúncia ofertada por falta de justa causa para instauração da ação penal, sendo que o recebimento da mesma implicaria sancionar um eventual abuso de autoridade por parte do Ministério Público, ao pretender instaurar ação penal de forma injustificada, já que não se vislumbra qualquer sinal de indevido ingresso policial na residência. Não havia nem necessidade de autorização judicial para ingresso no local, por se tratar de ‘sedes’ ou ‘escritórios’ de associações, e não local de abrigo ou residência, sendo que o ingresso poderia ser efetivado pela autoridade policial, independente de ordem judicial [...]. A representação efetivada pela Comissão de Direitos Humanos de Passo Fundo já nasceu deficiente e sem base jurídica [...]. O Ministério Público, como instituição essencial à função jurisdicional, e dita independente para o exercício de suas funções constitucionais, não pode se prestar a servir de instrumento de eventuais movimentos sociais requerendo instauração de ação penal indevida e legitimando evidente tentativa de enfraquecimento da atuação de agentes estatais na investigação de verdadeiros fatos delituosos, como a invasão e destruição da propriedade privada, em verdadeiro atentado ao Estado Democrático de Direito.

Buscando reverter essa descabida manifestação do Poder Judiciário – cujo conteúdo revela ofensa pessoal ao promotor de justiça Álvaro Luiz Pogliã, da 3ª Promotoria, com o recebimento da denúncia, a Acusação Pública apresentou recurso ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

In the light of the Brazilian legislation, disregarding the fundamental guarantee of the 1988 Federal Constitution – article 5, item XI – in the 1st Dimension of Fundamental Rights, of universal validity, the state agents, aside abuse of power (unpunished) committed crime of violation of domicile. This is a crime fixed in article 150 of the Brazilian Criminal Code - with aggravation, in accordance to §2, because the accused are public employees – they were indicted by the Public Ministry, 26/12/2007, procedure number 021/2.07.0010501-0.

Ignoring all evidence and authorship of the diligent investigation of the Prosecution and judging in a partial manner – practically approving the illegal police procedure – the magistrate Antônio Eliseu Hildebrando de Arruda, of the 2nd Criminal Jurisdiction of the County of Passo Fundo, summarily rejected the solid denounce which was presented in the following terms:

I reject the offered denounce because it lacks just cause for the opening of a criminal lawsuit, and the acceptance of the same would imply endorsing an eventual abuse of authority on behalf of the Public Ministry, by intending to move an unjustified criminal lawsuit, since there is no sign of any undue entrance of any police in the residence. Neither was there any need for judicial authorization at the place, since they were ‘head offices’ or ‘offices’ of associations and not a place of shelter or residence therefore permitting the entrance of police authority, regardless of a judicial order [...]. The representation made by Passo Fundo’s Commission of Human Rights was already born deficient and without legal grounds [...]. The Public Ministry, being an essential institution concerning the judicial function and meant to be independent for the exercise of its constitutional functions should not submit themselves to be used as instrument of social movements filing undue criminal lawsuits and legitimizing attempts of weakening the work of state agents in the investigation of real criminal facts, such as the invasion and destruction of private property, in what is a true attack to the Democratic State of Right”.

Seeking to revert this unfit manifestation of the Judicial Power - whose content reveals personal offence to the public prosecutor Álvaro Luiz Pogliã, of the 3rd Attorney Office, the Public Accusation filed an appeal at the state of Rio Grande do Sul’s Court of Law.

Nas sedes de ambas as entidades vitimadas, em grave atentado aos direitos humanos mais elementares, a polícia praticou marcante abuso de autoridade contra as pessoas lá presentes. Houve prática de cárcere privado, violência moral e psicológica e ameaças (com armas em punho). Depois disso, com base em declarações tomadas na delegacia de Passo Fundo, sem provas, houve o indiciamento e criminalização indevida das mulheres. Mais de trinta pessoas, entre elas algumas estrangeiras, respondem a processo penal.

Avanços, desafios e propostas

As entidades de trabalhadoras camponesas vitimadas, bem como os movimentos sociais, buscam a justa reparação pelos danos. Além da exemplar condenação judicial dos autores, quer a reabilitação pública simbólica das vítimas, e ainda a devolução dos materiais apreendidos.

A luta do dia 08 de março de 2006 foi de caráter nacional também em solidariedade aos povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos/as do Espírito Santo e do sul da Bahia.

Realizada em defesa da soberania alimentar e dos povos, da biodiversidade, do território brasileiro, em defesa da água (aquífero guarani) e do planeta, teve sua abrangência internacionalizada. Isso porque, na ocasião, estava ocorrendo a II Conferência Internacional do Fundo das Nações Unidas para Alimentação (FAO) sobre Reforma Agrária, e a problemática da celulose se constituiu numa discussão mundial.

Posteriormente, ocorreu a Conferência das Diversidades Biológicas (COP3), com o tema em pauta. Com isso, a imprensa internacional divulgou a ação das mulheres da Via Campe sina, lançando ao mundo a questão do avanço silencioso das transnacionais de papel e celulose no Estado do Rio Grande do Sul. Essa luta das mulheres camponesas ganhou maior abrangência do que a cotidiana nacional.

Após esse 8 de março, vários intercâmbios e visitas foram promovidos entre camponesas do Brasil com entidades de outros países com o mesmo problema, ou em solidariedade. Pode-se destacar ainda que a sociedade brasileira passou a discutir mais o tema da celulose e seus problemas a partir da ação, que evidenciou a desigualdade de interesses de classe existente no campo. Camponesas e camponeses passaram a discutir com mais cautela a questão da integração e plantio de eucalipto, pinus e acácia. A ação desse dia motivou ainda mais a luta pelas faixas de fronteira e defesa do território nacional. Além

At the headquarters of both entities victimized in a clear attack to the most rudimentary human rights the police practiced severe abuse of authority against the people there present. There was false imprisonment, moral and psychological violence and threats (with weapons in hands). After this, based on decisions taken at the police station of Passo Fundo, without any evidence, there was the indictment and undue criminalization of the women. Over thirty people, among them some foreigners, currently respond criminal process.

Advances, challenges and proposals

The entities of peasant workers victimized as well as the social movements seek just repair for the damages inflicted upon them. Along with the exemplary judicial conviction of the perpetrators we want the symbolic public rehabilitation of the victims and also the devolution of the apprehended material.

The fight of the 8th of March was national and also in solidarity to the indigenous people, the quilombolas and riverpeople of Espírito Santo and of the South of Bahia.

Held in defense of the food sovereignty and of the peoples, the biodiversity, the Brazilian territory, in defense of the water (the guarani aquifer) and of the planet, the protests had its scope internationalized. This in the light of the II International Conference of the United Nations Food and Agriculture Organization (FAO) on Land Reform that was going on at the moment and of the cellulose problematic which in itself was in international debate.

Afterwards there was the COP 3 with the same theme in debate. With these conferences going on the international press made the action of the women of the Via Campe sina public letting the world know about the silent march of the cellulose and paper transnationals in the state of Rio Grande do Sul. This battle of the peasant women gained larger scope than they normally do.

After these events on the 8th of March several exchanges and visits were promoted between peasants of Brazil and entities of other countries with the same problem or in solidarity. One can also say that the Brazilian society started discussing more about the theme of the cellulose and its problems with the action, which evidenced difference of class interests in the countryside. Peasants started discussing with more caution the issue of the integration and planting of eucalyptus, pines and acacia. The actions of this day motivated even more the fight for

da seqüência das ações contra a celulose, após essa data, as mulheres camponesas do Brasil tiveram o reconhecimento de sua luta e organização.

2.4. O genocídio dos indígenas no Brasil: o caso dos Guarani-Kaiowá

Contexto

A não-demarkação das terras no Brasil gera a morte, direta ou indireta, de dezenas de indígenas a cada ano, ameaçando a sobrevivência étnica e física de diversas comunidades. Somente em 2008 quase 50 povos indígenas foram vítimas de violações contra a pessoa, com 60 vítimas de assassinatos, além de oito casos de homicídios culposos, lesões corporais, discriminação e racismo e violência sexual. O poder público não prestou assistência vital, como de saúde, a 60 povos em 2008 e houve agressão ao patrimônio de mais de 40 povos, enquanto apenas uma terra indígena foi homologada no país.

A tendência de criminalização das iniciativas de lutas indígenas tem se manifestado, particularmente, no Nordeste e no Mato Grosso do Sul. Nesse Estado, a precariedade em que vivem as comunidades indígenas, confinadas em pequenas reservas, cercadas de grandes propriedades nas terras ancestralmente deles, tem gerado cada vez mais conflitos e suicídios. Segundo levantamentos do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), dos 60 assassinatos de indígenas registrados em 2008, 70% ou sejam, 42 ocorreram no Mato Grosso do Sul, a maior parte das etnias Guarani-Kaiowá e muitos deles eram lideranças comunitárias. Em 2008, a penúria e a falta de perspectivas levaram 34 pessoas dessas comunidades a cometer suicídio, um aumento de 20% em relação a 2007. A desnutrição infantil é alarmante e o alcoolismo e as drogas são ameaças que, a cada dia, provocam mais impactos nessas comunidades. Nos últimos cinco anos mais 200 indígenas foram assassinados nesse Estado; mais de 150 se suicidaram e mais de 100 crianças morreram de subnutrição.

É evidente a omissão do governo federal em relação à questão fundiária no Mato Grosso do Sul, que tem a segunda maior população indígena no Brasil (mais de 43 mil pessoas), ficando atrás somente do Amazonas. Durante 2007, ano em que explodiu o número de assassinatos registrados, oitenta terras indígenas dos Guarani-Kaiowá sequer tiveram seus limites identificados pela Fundação Nacional do Índio (Funai) e nenhuma terra indígena foi declarada pelo Ministro da Justiça ou homologada pelo Presidente da República.

the frontier strips and the national territory defense. In addition to the sequence of the actions against cellulose after this date the peasant women in Brazil earned more recognition of their struggle and organization.

2.4. The genocide of the indigenous in Brazil: the Guarani-Kaiowá issue

Acts of not demarking lands in Brazil lead to death, directly or indirectly, of dozens of indigenous each year, threatening ethnic and physical survival of different communities. In 2008 almost 50 indigenous people were victims of violations against the human being, with 60 victims of murder, eight cases of manslaughter, corporal lesions, discrimination, racism and sexual violence. Public power did not provide vital assistance, such as health to 60 ethnic groups, in that year and there was aggression of heritage of more than 40 ethnic groups, whilst merely one indigenous land was homologated.

Tendency to criminalizing initiatives of indigenous fights has particularly manifested itself in Northeast and in Mato Grosso do Sul. In this state precariousness in which the indigenous live, being confined to small reserves, surrounded by big properties which were theirs, has lead to growing conflicts and numbers of suicide. According to data collected by the Indigenous Missionary Council (Cimi- Conselho Indigenista Missionário), of the 60 murders of indigenous registered in 2008, 42 occurred in Mato Grosso do Sul, most of them people of the Guarani-Kaiowá ethnic group and many of them were community leaderships. In 2008, the miserable conditions and lack of perspectives led 34 people in these communities to suicide, a rise of 20% compared to 2007. Child malnourishment is alarming and alcoholism and drugs are threats that by the day leave more impact in these communities. In the last five years more than 200 indigenous were murdered in this state, over 150 committed suicide and over 100 children died of sub nutrition.

Federal government's omission about the land issue in Mato Grosso do Sul, home to Brazil's second largest indigenous population (more than 43 thousand people), losing only to the Amazone. In 2007 year in which the number of murders registered boomed, eighty indigenous lands of the Guarani-Kaiowá were left without their limits identified by the National Foundation of the Indian (Funai) and no indigenous land was declared by the Minister of Justice or homologated by the President.

Sem terra para tirar o sustento e viver de acordo com as tradições, valores, organização social e cultura, os Guarani-Kaiowá subsistem do trabalho no corte da cana, em usinas de álcool ou em fazendas, sendo explorados e submetidos a condições análogas à escravidão. Isso ocorreu, por exemplo, em uma fazenda situada no município de Brasilândia, onde foram encontrados 1.011 indígenas alojados em condições degradantes. Em Iguatemi, outro município de Mato Grosso do Sul, 166 indígenas foram resgatados, vítimas de uma brutal e desumana exploração de sua força de trabalho. Lamentavelmente, essa é a única fonte de trabalho que resta aos indígenas do MS. Já chegou a haver mais de 15 mil indígenas no corte de cana. Porém, esse número vem diminuindo rapidamente em função do processo de plantio e da colheita mecanizada e deve haver menos de 12 mil indígenas trabalhando nas usinas. Em cinco anos, praticamente só estarão trabalhando alguns poucos operando máquinas e outros serviços mais especializados. Isso causará novamente um grande impacto sobre as comunidades, pois sem trabalho dependerão totalmente do assistencialismo do governo e outros, especialmente da cesta básica.

Para pressionar o governo a demarcar as terras, essas comunidades vêm se organizando e retomando áreas históricas, enfrentando ameaças, prisões e a morte. Em resposta às retomadas, os grupos anti-indígenas promovem perseguições e assassinatos de lideranças. Dezenas de indígenas estão presos por causa da retomada de suas áreas, mas não há processos ou prisões de responsáveis pelas mortes e violência a indígenas, que são ligados a grandes fazendeiros e grandes grupos nacionais e internacionais articulados no agronegócio. Os aliados dos povos indígenas também sofrem ataques desses segmentos, sendo acusados de "terroristas", em função do apoio às lutas desses povos.

Descrição de algumas violações

No município de Coronel Sapucaia,⁷ no Estado do Mato Grosso do Sul, na fronteira com o Paraguai, vivem diversas comunidades dos Guarani-Kaiowá. Uma delas, com aproximadamente duzentas pessoas, tem sofrido inúmeras violências por parte de fazendeiros da região. Enfrenta ainda um processo de criminalização por parte dos agentes do Estado,

7 Segundo levantamento da Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI) em sua publicação Mapa da violência dos municípios brasileiros, Coronel Sapucaia é o terceiro colocado no ranking dos municípios brasileiros com maiores taxas médias de homicídio (em 100.000 habitantes) na população total entre o período de 2002/2004.

Without land to make their living and continue life according to their traditions, values, social organization and culture, the Guarani-Kaiowá live off the sugar cane cutting, in alcohol mills or in farms being exploited and submitted to slave-like conditions. For example, this happened in a farm situated in the municipality of Brasilândia, where 1.011 Indians were found in degrading conditions. In Iguatemi another municipality of Mato Grosso do Sul 166 Indians were saved, victims of brutal and inhuman exploitation of their labour. Sadly this is the only source of work that is available for the indigenous in Mato Grosso do Sul. There was a time in which there were more than 15 thousand indigenous in the cane cutting service. But this number has been decreasing rapidly due to the mechanization of the process of planting and harvesting of the sugar cane and there must be less than 12 thousand indigenous working in the sugar cane mills. In five years there will probably only be some people working operating machines and doing some other more specialized services. This will cause another huge impact on the communities since jobless they will be totally dependant on government and other's assistance and especially of consumer baskets.

To pressure the government to demarcate the land, these communities have been organizing themselves and taking over historical areas, facing threats, prisons and death. In response to these reoccupations, anti indigenous groups promote persecutions and murders of the leaders. Dozens of indigenous are imprisoned because of the reoccupation of their areas. Those responsible for violence and death of indigenous suffer no lawsuits, neither are any of them incarcerated, they are linked to great farmers, national and international groups involved in the agribusiness. The allies of the indigenous suffer attacks from these segments, accused of being "terrorists", on behalf of their support to the struggles of these people.

Description of some violations

Several communities of Guarani-Kaiowá live in the municipality of Coronel Sapucaia⁷ in the state of Mato Grosso do Sul, on the frontier of Paraguay. One of these communities with approximately two hundred people have suffered uncountable violence on behalf of the region's farmers. They also endure a criminal-

7 According to a survey done by the Organization of the Ibero-American for Education, Science and Culture (OEI) in its publication "Map of Violence in Brazilian Municipalities) Coronel Sapucaia is the third in the ranking of Brazilian municipalities with the greatest numbers of homicides (per 100.000 inhabitants) in its total population in the period between 2002/2004.

em decorrência da luta pelo direito à terra tradicional que querem demarcada. Em 2007, tentaram retomar três vezes parte de sua terra tradicional denominada de Kurussu Ambá, que está atualmente invadida pela “Fazenda Madama”, do município de Amambai.

Na primeira delas, em janeiro de 2007, ocorreu o assassinato da indígena Xurete Lopes, 70 anos, rezadeira da comunidade, e a lesão corporal do indígena Valdeci Gimes, provocada por disparo de arma de fogo. Por conta dessa retomada, quatro lideranças Guarani-Kaiowá: Rubens Ramão Rocha Ajala, Cassimiro Batista, Francisco Fernandes e Antônio Barrio foram presas, processadas e condenadas a 17 anos de reclusão “pela prática de furto, roubo, seqüestro e formação de quadrilha”.

Enquanto algumas famílias construíam os barracos na área retomada, um pequeno grupo partiu em busca de alimentos e aceitou a proposta do gerente da fazenda Madama, que ofereceu a eles um trator para buscarem alimentos e materiais para construir os barracos. Quando estavam indo para Coronel Sapucaia, foram presos os quatro homens, uma mulher e algumas crianças. Após várias horas, as crianças e a mulher foram liberadas. O processo-crime tramitou na justiça estadual.

Quando as lideranças estavam presas, os seguranças particulares contratados pelos fazendeiros realizaram o despejo da comunidade, que resultou na morte da rezadeira Xurete. Em maio de 2007, a comunidade indígena novamente retomou as terras da Fazenda Madama, agora sob a liderança de Ortiz Lopes. Os indígenas se retiraram pacificamente da terra após intermediação da Polícia Federal e da Funai, no cumprimento de mandato de reintegração de posse expedido pela justiça federal de Amambai/MS. Passaram, então, a viver acampadas num pedaço da terra indígena Taquapery, vizinha da área reivindicada no município de Coronel Sapucaia.

Em 08 de julho de 2007, Ortiz Lopes foi assassinado com vários disparos de arma de fogo, dentro da Terra Indígena Taquapery, na porta de seu barraco. No dia 15 de novembro de 2007, mais uma vez os indígenas ocuparam a área reivindicada. Chegaram a montar algumas barracas na área, sob vigilância de seguranças dos fazendeiros. Após negociações com os fazendeiros, no dia 17 daquele mês, e temendo serem expulsos com muita violência, pediram um caminhão para que fossem levados de volta para Taquapery. Chegando ao local, milícias armadas e jagunços dos fazendeiros dispararam armas de fogo lesionando quatro indígenas: Neo Lopes de 35 anos, Gilmar Batista de 22, Astúrio Benites de 23 anos e Angélica Barrios de 22

ization process on behalf of the State agents as a result of their fight for the right to their traditional land which they want to be demarcated. In 2007 they tried three times to reoccupy their traditional land called Kurussu Ambá, which is currently invaded by the farm “Fazenda Madama”, in the municipality of Amambai.

In the first of these reoccupations in January 2007 the 70 year old indian Xurete Lopes was murdered, she was the community priestess and the indigenous Valdeci Guimarães was shot with a fire weapon. Because of this reoccupation four Guarani-Kaiowá leaderships: Rubens Ramão Rocha Ajala, Cassimiro Batista, Francisco Fernandes and Antônio Barrio were arrested, prosecuted and convicted to 17 years of imprisonment for the “practice of theft, robbery, kidnapping and conspiracy”.

Whilst some families put up the shacks in the reoccupied area a small group left in search of food and accepted the offer of the manager of the Fazenda Madama who offered them a tractor to find food and material to build the shacks. On their way to Coronel Sapucaia four men, one woman and some children were arrested. After several hours the children were released. The criminal process ran in the state Justice.

With the leaderships arrested the private security staff hired by the farmers executed the removal of the community, this action resulted in the death of the priestess Xurete. In May of 2007 now under the leadership of Ortiz Lopes the indigenous community again reoccupied the land of the Fazenda Madama. The indigenous peacefully left the land after the intermediation of the Federal Police and the Funai, in the fulfillment of the action of ejection warrant expedited by the federal justice of Amambai/MS. After this they ended up living camped on the indigenous piece of land Taquapery, area neighbor to the reivindicaded one of the municipality of Coronel Sapucaia.

On the 8th of July of 2007, Ortiz Lopes was murdered with several gunfire shots inside the Indigenous Land Taquapery, at the door of his shack. On November the 15th of 2007, the indigenous once again occupied the revindicaded area. They even put up some shacks in the area, under the surveillance of the farm security staff. After negotiations with the farmers, on the 17th of the same month, and fearing to be thrown out with much violence they asked for a truck so they could be taken back to Taquapery. Arriving at the scene armed militians and gangsters of the farmers set off fire guns injuring four indigenous: 35 year old Neo Lopes, Gilmar Batista 22, Astúrio Benites 23 and Angélica Barrios 22. In the confusion one of the gangsters that attacked

anos. Na confusão, um dos jagunços que atacavam os indígenas também ficou ferido. Os indígenas registraram um Boletim de Ocorrência na Polícia Civil de Coronel Sapucaia.

Por conta desse incidente, o Juízo de Direito da 1ª Vara de Amambai (MS) recebeu a denúncia do Ministério Público Estadual contra a liderança Guarani-Kaiowá Elizeu Lopes, por tentativa de homicídio, extorsão, seqüestro, cárcere privado, lesão corporal grave e formação de quadrilha.

Nenhum dos responsáveis ligados aos fazendeiros foi processado por todas as violências. E os processos judiciais relacionados às ações penais tramitam na justiça estadual, em vez da justiça federal, como deveria ocorrer por tratar-se de caso de disputa por terra, conforme decisões do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF). Esses processos são em tempo recorde julgados pelos juízes estaduais, e os indígenas rapidamente condenados.

Essa comunidade indígena continua fora de sua terra tradicional, jogada numa parte da terra de outra comunidade, traumatizada pela violência e ameaças que vem sofrendo e vivendo em situação de miséria. A violência é a resposta quando os Guarani-Kayowá retomam terras tradicionais. Em outubro de 2009, dois professores foram assassinados na retomada do Ypo'i. O corpo de Jenivaldo foi encontrado dez dias depois do assassinato e o do Rolindo não foi localizado. Segundo dados do Ministério da Justiça, por meio do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), de 2006, feito em 71% dos presídios, 602 pessoas presas, responderam ser indígenas, sendo 534 homens e 68 mulheres. A Lei nº 6.001/73 (Estatuto do Índio) e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) determinam que os indígenas devem, preferencialmente, cumprir pena fora dos presídios.

O parágrafo único do artigo 56 do Estatuto do Índio diz que "*As penas de reclusão e de detenção serão cumpridas, se possível, em regime especial de semi-liberdade, no local de funcionamento do órgão federal de assistência aos índios mais próximo da habitação do condenado*". E o parágrafo 2 do artigo 10 da Convenção 169 da OIT (promulgado pelo Decreto nº 5.051/2004) determina que "*se deve dar preferência a tipo de punição outros que o encarceramento*".

Segundo estes dados do DEPEN, 117 índios estavam presos nos presídios do Mato Grosso do Sul, sendo 111 homens e seis mulheres. O governo do Mato Grosso do Sul adota a política de "tolerância zero" em relação aos movimentos sociais. No caso dos povos indígenas, sempre que fazem retomadas, imediatamente coloca a polícia militar à disposição para a desocupação das "propriedades invadidas".

the indigenous also got hurt. The indigenous registered a Bulletin of Occurrence at the Civil Police of Coronel Sapucaia.

Because of this incident the Judge of Law of the 1st juridical district of Amambai (Mato Grosso do Sul – MS) accepted the denounce of the state Public Ministry against the Guarani-Kaiowá leadership, Elizeu Lopes, for homicide attempt, extortion, kidnapping, false imprisonment, grievous bodily harm and conspiracy.

None of the responsible linked to the farmers were sued for all the violence. And the criminal lawsuits are going through the legal channels in the state justice, instead of in the federal justice as it should be since it is a case on land dispute according to decisions of the Superior Tribunal of Justice (STJ) and of the Superior Federal Tribunal (STF). These criminal procedures are judged in record time by the state judges, and the indigenous rapidly convicted.

Thrown on a piece of land of another community, this indigenous community continues left out of their land, traumatized by the violence and threats which they have being suffering and in a situation of misery. When the Guarani-Kaiowá reoccupy their traditional land they are answered with violence. On October, 2009, two teachers were murdered at the Ypo'i reoccupation. Jenivaldo's body was found ten days after the murder and Rolindo's corpse has not been found.

According to the Ministry of Justice's statistics of 2006, obtained with the National Penitentiary Department (Depen) and run on 71% of the detainees, 602 persons declared being indigenous, 534 men and 68 women. Law number 6.001/73 (Indian's Statute) and Convention 169 of the International Labour Organization (ILO) determine that indigenous preferably serve sentence outside prisons.

The only paragraph of article 56 of the Indian's Statute says that: "*The sentences of reclusion and confinement should be carried out, if possible, in a special regime of semi freedom, at the place of the closes federal organ of assistance to indigenous closest to the housing of the convicted*". Paragraph 2 of article 10 of Convention 169 of the ILO (promulgated by Decree number 5.051/2004) determines that "*preference should be given to punishments other than imprisonment*".

According to these data of the DEPEN, 117 indigenous were confined in the prisons of Mato Grosso do Sul, 111 men and six women. The government of Mato Grosso do Sul adopts the "zero tolerance" policy when it comes to social movements. In the case of indigenous people any time they make reoccupations the government always keeps

No ano passado, a polícia estadual e jagunços dos fazendeiros expulsaram a comunidade Terena de Buriti, apesar de haver ação judicial favorável à permanência dos indígenas na terra tradicional retomada.

Os representantes do Ministério Público Estadual e os juízes estaduais não medem esforços para condenar indígenas. Não consideram que a Constituição Federal (art.109, inciso XI) determina ser da competência da Justiça Federal os processos que envolvam interesses dos povos nativos.

Assim, todas as ações penais que têm indígenas como autores de delito passam por julgamentos rápidos, com a Justiça Estadual condenando-os. Depois, muito esforço é necessário para se tentar anular essas ações no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

O governo federal descumpre a sua obrigação de demarcar as terras indígenas (CF art. 231), deixando-os confinados em pequenas áreas, em condições precárias de saúde e higiene. Segundo relatório de violência do Cimi (2007), das 2.300 crianças de zero a cinco anos atendidas pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) do Mato Grosso do Sul, 184 sofriam de desnutrição e 322 delas estavam sob risco de desnutrição.

Avanços, desafios e propostas

As várias ações de retomadas dos Guarani-Kaiowá forçaram o Governo Federal a fazer algo em relação às demarcações. No final de 2007, a Fundação Nacional do Índio firmou Compromisso de Ajustamento de Conduta (CAC) perante o Ministério Público Federal, comprometendo-se em constituir um Grupo de Técnico(GT), coordenado por antropólogos especialistas para identificação e delimitação da Terra Indígena Kurusu Ambá e outros 35 tekohá (terras tradicionais). Depois de quase três anos, todos os prazos se esgotaram e não foram cumpridos. Em junho do ano passado, deveria ser publicado o relatório de identificação de todas as terras indígenas Kaiowá-Guarani do Mato Grosso do Sul, o que não ocorreu. Diante da omissão do governo federal, o Ministério Público está executando judicialmente o governo, obrigando-o a pagar uma indenização de mil reais por dia.

Houve, nesses últimos três anos, intensa campanha, com gritantes mentiras sendo divulgadas contra a demarcação das terras indígenas. O governo do Estado coloca-se na liderança dessa campanha. O governador tem sugerido levar os índios Kaiowá-Guarani do cone sul do estado, para outras regiões do Estado e mesmo para a Amazônia.

the military police at disposition for the re-occupation of the "invaded property". Last year the state police and farmers' gangsters kicked out the Terena Buriti Community despite the existence of a court order in favour of the permanence of the indigenous at the reoccupied traditional land.

The representants of the state's Public Ministry and the state judges do their best to convict indigenous. They disregard that the Federal Constitution (article 109, item XI) determines that the lawsuits involving the native people is of the Federal Justice's competence. Therefore all criminal procedures that have indigenous as perpetrators of the crime go through speedy trials with the state Justice convicting them. After the conviction a lot of effort is necessary to try and nullify these procedures at the Superior Tribunal of Justice (STJ).

The federal government does not fulfill its obligation to demarcate indigenous land, leaving them confined in small areas in poor health and hygiene conditions. According to a report on violence of the Cimi (2007), of the 2300 children from nil to five years provided medical help by the National Health Foundation (Funasa) of Mato Grosso do Sul, 184 suffered malnourishment and 322 were in risk of malnutrition.

Advances, challenges and proposals

The many actions of reoccupation of the Guarani-Kaiowá forced the Federal Government to do something concerning the demarcations. At the end of 2007 the National Foundation for the indigenous, signed a Compromise to Adjust Conduct (CAC) in the presence of the Federal Public Ministry committing themselves to creating a Technical Group (GT) coordinated by specialized anthropologists to identify and delimit the Indigenous Land Kurusu Ambá and other 35 tekohá (traditional lands). After almost 3 years, all deadlines have ended and have not been accomplished. Last June a report with the identification of all Guarani-Kaiowá indigenous lands of Mato Grosso do Sul should have been published, but hasn't. Because of the federal government's omission, the Public Ministry is judicially suing the government forcing it to pay an indemnity of one thousand reais a day (US\$571).

In these last three years there has been intense campaigning with absurd lies being spread against the demarcation of the indigenous lands. The state government has put itself up front in this campaign. The governor has suggested taking the Guarani-Kaiowá to the south cone of the state, to other regions of the state, and even to the Amazon.

O presidente Lula esteve recentemente em Dourados. Prometeu aos indígenas, em audiência exclusiva, que enviaria a polícia federal de Brasília junto com os Grupos de Trabalho, para que estes possam concluir o levantamento de dados nas fazendas.

2.5. Violações causadas pelo mega-projeto da hidrelétrica de Belo Monte

Contexto

A possibilidade de construção da terceira maior hidrelétrica do mundo na Amazônia, denominada Belo Monte, desencadeou um processo de resistência na região do Rio Xingu, no Estado do Pará. Religiosos, indígenas, mulheres e ambientalistas questionam e se opõem historicamente a esse projeto de hidrelétrica pelas violações socioambientais que representa.

Nessa região há graves casos de violência, fraude de títulos de propriedade e invasão de terras indígenas. Um dos cinco municípios atingidos pela barragem é Altamira, o maior do país, com área equivalente à metade da Itália. O desmatamento indiscriminado e a extração ilegal de madeira nobre são comuns nessa região onde o narcotráfico tem forte influência. São ainda frequentes os casos de exploração sexual e trabalho infantil e há incontáveis casos de trabalho em condições análogas à de escravos.

Estudos feitos pelo governo e empreiteiras interessados na construção da barragem ignoram a realidade local e ainda minimizam a área de influência da hidrelétrica. Consideram o impacto direto somente nas áreas de alagamento, desprezando a seca que a barragem ocasionará em parte do rio Xingu. Apenas para citar um exemplo: uma área de aproximadamente 100 km da chamada região da Volta Grande terá a vazão de água reduzida a 30%, com impacto em toda a fauna e a flora e na vida das populações tradicionais que habitam as suas margens.

É importante salientar que os rios são fundamentais para a sobrevivência da população amazônica, para as populações indígenas, rurais e ribeirinhas que vivem às margens de seu universo hídrico, utilizando, de modo sustentável, a biodiversidade nele existente como fonte de alimentos. Rios, lagos, paranás, igarapés, furos, igapós, estuários de rios, orla marítima, manguezais corporificam o espaço do homem e da mulher amazônicos, manejando tradicionalmente com uma variedade de engenhos que tem permitido tanto a obtenção da subsistência e venda de excedentes quanto a reprodução dos recursos neles contidos.⁸

President Lula has recently been in Dourados. He promised to the indigenous, in exclusive hearing, to send Brasilia's federal police together with the Groups of Work so that they can finish the gathering of data in the farms.

2.5. Violations caused by the mega hydroelectric project of Belo Monte

Context

The possibility of building the world's third biggest hydroelectric in the Amazon, called Belo Monte, set off resistance in the region of the Xingu River, in the state of Pará. Religious, indigenous, women and environmentalists question and historically oppose themselves to this hydroelectric project due to the socio-environmental violations it represents.

In this region there are serious cases of violence, fraud of property titles and invasion of indigenous lands. One of the five municipalities affected by the dam is Altamira, the biggest municipality of Brazil, with an area equivalent to half of Italy. The reckless deforestation and illegal extraction of noble wood are common in this area where narcotraffic has strong influence. Also frequent are cases of sexual exploitation and child labor and there are innumerable cases of slave-like work conditions.

Studies carried out by government and contractors interested in the construction of dam ignore local reality and also minimize the area of influence of the hydroelectric. They consider direct impacts only on areas of flooding, neglecting drought that the dam will bring on in part of the Xingu River. In one example: an area of approximately 100 km of the region called Volta Grande will have water flow reduced to 30% of what it is nowadays, with impact in all fauna and flora and in lives of traditional populations that inhabit its borders.

It is important to highlight the fact that the rivers are essential to the survival of the Amazonic population, for the indigenous, rural and river population, who live at the borders of their hydric universe, sustainably using its biodiversity as a source of food. Rivers, lakes, igarapés (streams), paranás, igapós, river estuaries and, mangroves describe the space of the Amazonic man and woman, who traditionally subsist managing nature with a variety of self-made gadgets which have allowed their survival and the sale of the excess."⁸

8 GONÇALVES, Lourdes; LEITÃO, Wilma; FIUZA DE MELLO, Alex. *Povos das Águas: realidade e perspectiva na Amazônia.*

8 GONÇALVES, Lourdes; LEITÃO, Wilma; FIUZA DE MELLO, Alex. *Povos das Águas (people of the water): reality and perspectives in the Amazon.*

Descrição das violações

Exemplo de resistência na região é o bispo Dom Erwin Kräutler, na Prelazia do Xingu há 45 anos. Atua na pastoral e na defesa do direito a terra, do direito das mulheres, das crianças e adolescentes, do meio ambiente, da população negra, da população indígena, dos povos ribeirinhos, da moradia, dos portadores de necessidades especiais e no combate à violência estatal.

Em 1983, quando o Brasil ainda vivia sobre a ditadura militar, Dom Erwin foi preso pela Polícia Militar, mantido em cárcere e sofreu lesões corporais, em razão da sua luta pelos direitos humanos. Em 1987, sofreu uma tentativa de homicídio, quando era presidente do Conselho Missionário Indigenista (CIMI), pela defesa aos direitos dos indígenas. Mas, a partir de 2006, as ameaças se intensificaram. Naquele ano, sofreu duas ameaças de morte, que resultaram na proteção policial 24 horas por dia. A primeira ameaça ocorreu por um indivíduo que circulou a igreja durante a missa de comemoração dos seus 25 anos como bispo, em que gritavam: "Esse bispo está enchendo o saco demais. Ele está atrapalhando a vida da gente. Tem duas balas para ele". A segunda ameaça foi por recado através de conhecidos que ouviram pessoas comentando: "A situação está ruim e temos que matar o bispo". Naquele período, Dom Erwin estava fora do Estado do Pará e, antes que regressasse a Altamira, foi organizada na cidade uma grande manifestação por representantes do poder econômico da região, madeireiros, grileiros, fazendeiros, empresários, prefeitos e políticos locais, em favor a Belo Monte e incitando a violência contra quem se opunha à hidrelétrica. Dom Erwin, ONGs e o movimento de mulheres foram citados como impedimentos para o desenvolvimento na região. Ainda em 2006, foi publicado no jornal impresso de maior circulação do Estado do Pará, O Liberal, notícia difamatória cujo título era: "Reagir é a palavra de ordem". O texto incitava com frases do tipo, "pessoas como esse bispo devem ser eliminadas".

A partir de então, diversas reportagens em jornais impressos, sites e blogs passaram a publicar matérias difamando e instigando a violência contra o bispo, ONGs e movimentos sociais de Altamira e do Pará.

A situação de outras lideranças, infelizmente, não é diferente, pois mulheres, líderes indígenas e ONGs que se opõem ao projeto sofrem um processo de difamação constante, alguns orquestrados pelo próprio governo brasileiro. Um deles partiu do antigo ministro das Minas e Energia, Edson Lobão, que declarou que "*forças demoníacas opõem-se à construção da UHE de Belo Monte.*"

Description of the violations

The bishop Dom Erwin Kräutler is an example of resistance in this region residing in Xingu's prelate for 45 years. He acts in the pastoral and in defense of right to land, women's rights, children and adolescents, the environment, black population, indigenous population, riverside people, of housing, the handicapped and in the fight against state violence. He has already endured prison, homicide attempts and death threats because of his campaigns and lives under police protection.

In 1983, during Brazil's military dictatorship, Dom Erwin was arrested by the military police, kept in prison and suffered bodily harm because of his struggle for human rights. In 1987, when he was president of the CIMI, he suffered a homicide attempt because he defended the indigenous' rights. But from 2006 on the threats have intensified. In 2006 he received two death threats for which he got 24 hours a day police protection. The first threat came from an individual who walked through the church during the celebration of 25 years of Dom Erwin's becoming a bishop. The individual yelled: "This bishop is being too much a pain in the ass. He's getting in the way of our lives. There are two bullets for him". The second threat was communicated to him by acquaintances who heard people commenting: "It's a bad situation and we have to kill the bishop". At that time Dom Erwin was not in the state of Pará and before his return to Altamira a great manifestation was organized by the representants of the region's economical power: loggers, adverse possessors, farmers, businessmen, mayors and local politicians, all in favor of Belo Monte and inciting violence against those who were opposed to the hydroelectric. Dom Erwin, NGO's and the women's movement were mentioned as obstacles to the region's development. Also in 2006 there was the publication of a calumnious article, in the written newspaper of biggest circulation of the state of Pará, O Liberal, with the following title: "React is the slogan". The text had sentences like "people such as this bishop should be eliminated".

From then on several articles in written newspapers, websites and blogs, have been publishing defamatory articles instigating violence against the bishop, NGOs and social movements of Altamira and Pará.

Unfortunately the situation of other leaderships is not any different. Women, indigenous leaders and NGOs who oppose themselves to the project suffer a continuous slandering process, some even fulfilled by the Brazilian government. One of them came from the former

O Ministério Público Federal que, a pedido das organizações e movimentos sociais, ajuizou diversas ações contra a UHE Belo Monte, também foi ameaçado de ser processado pela Advocacia Geral da União, caso continuasse a criar problemas para a implementação da obra. Iniciativa esta que contou, lamentavelmente, com o apoio explícito do presidente Lula, que, com isso, chancelou simbolicamente todo o processo de difamação que se abate contra as organizações contrárias a Belo Monte.

Avanços, desafios e propostas

A luta contra a usina já tem mais de duas décadas, e muitas ameaças e acusações já ocorreram na região.

Dom Erwin conseguiu proteção graças à pressão da sociedade civil organizada, mas a irmã Dorothy Stang e o companheiro Dema, que não tiveram a mesma sorte, acabaram sendo assassinados.

Há dois comitês organizados para lutar contra a implantação da UHE Belo Monte. Diversas ações judiciais, e mesmo denúncias aos organismos internacionais são feitas de forma coletiva pelos movimentos sociais, organizações e defensores e defensoras de direitos humanos. Desmascarar o discurso oficial, mostrar a verdade e os interesses que cercam a construção dessa usina é um dos desafios mais urgentes e importantes dos povos na Amazônia hoje.

minister of Mines and Energy, Edson Lobão, he declared that “*demonical forces oppose themselves to the construction of the Belo Monte hydroelectric power plant*”.

The Federal Public Ministry who, at request of organizations and social movements filed several actions against the Belo Monte Hydroelectric Power Plant, was also threatened of being sued by the General Attorneyship of the Union case it continued to create problems for the implementation of the project. Sadly this initiative counted with the explicit support of president Lula, who by doing this symbolically consented to all the slandering process which is run against the organizations who oppose themselves to Belo Monte.

Advances, challenges and proposals

Opponents to construction of Belo Monte Power Plant face threats and accusations for more than two decades. Dom Erwin was given protection thanks to pressure of the civil society, but sister Dorothy Stang and comrade Dema, who did not have the same luck, ended up murdered.

There are two committees organized to fight against the implementation of the Belo Monte project. Several lawsuits and even denunciations to international organisms are made collectively by the social movements, organizations and human rights defenders. To reveal the lies of the official speech and show the truth and the interests surrounding the construction of this power plant is one of the most urgent and important challenge of the Amazonian people today.

Parte 3

A favor da legitimidade dos movimentos sociais

Os casos exemplares aqui detalhados demonstram a urgência em denunciar nacional e internacionalmente as violações cometidas, suas causas e conseqüências. É necessário recorrer a instituições como a Organização dos Estados Americanos (OEA) e a Organização das Nações Unidas (ONU) a fim de pressionar o Estado Brasileiro a adotar medidas para mudar o quadro apresentado nesse documento.

Considerando que o Brasil adota um discurso de “pretensão respeito aos direitos e obrigações na área dos direitos humanos”, deve-se exigir que implemente imediatamente as recomendações feitas ao Brasil pela Relatora da ONU sobre a situação de defensores/as de direitos humanos, Hina Jilani.

Garantir a solidariedade a todos os movimentos e pessoas criminalizadas por buscarem seus direitos é fundamental para quebrar o isolamento imposto por estes processos atentatórios à democracia.

É necessário

1) Pressionar o Estado Brasileiro a adotar medidas que coloquem um fim às ações de criminalização, difamação e vitimização de movimentos sociais e defensores e defensoras de direitos humanos.

2) Exigir a democratização do Poder Judiciário para construir uma sociedade que respeite a atuação de movimentos e organizações sociais.

3) Combater a impunidade, investigar e punir crimes e ameaças contra lideranças de movimentos sociais, contra camponeses sem-terra, contra quilombolas, indígenas, homossexuais, mulheres, crianças e adolescentes.

4) Exigir que o Estado Brasileiro atue decisivamente na eliminação das causas destas violações promovendo, entre outras ações:

- reforma Agrária.
- demarcação dos territórios indígenas e quilombolas.

Part 3

Support against criminalization of social movements

The exemplary cases here detailed demonstrate urgency in denouncing national and international violations committed, its causes and its consequences. Guaranteeing the solidarity towards all movements and people criminalized for fighting for their rights is essential to break the isolation imposed by these offensive processes against democracy.

Considering that Brazil adopts a discourse of “so-called respect to the rights and obligations in the area of human rights”. it should be demanded that the recommendations made to Brazil by the UN rapporteur on the situation of the human rights defenders, Hina Jilani, be put into practice immediately.

Guaranteeing the solidarity to all people and movements criminalized for seeking their ,lation forced by these processes against democracy.

It is necessary to:

1) Pressure the Brazilian State to adopt measures that put an end to the acts of criminalization, slandering and victimization of the social movements and defenders of human rights.

2) Demand the democratization of the Judiciary Power to build a society that respects the work of social movements and organizations.

3) Fight impunity, investigate and punish crimes and threats against leaderships of social movements, against landless peasants, quilombolas, indigenous, homosexuals, women, children and adolescents.

4) Demand that the Brazilian State act decisively in the elimination of the causes of these violations promoting amongst other actions:

- land reform.
- demarcation of indigenous and quilombolas' territories.
- prioritize support to family agriculture instead of agribusiness.

- prioridade e apoio à agricultura familiar em detrimento do agronegócio.
- suspensão e cancelamento de grandes projetos nocivos ao meio ambiente e às populações atingidas, entre os quais a Hidrelétrica de Belo Monte.
- atendimento às reivindicações históricas do MST, MAB, movimento de mulheres, movimento negro, e de todas as demandas que versem sobre os direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais consagrados na Constituição Federal, na Declaração Universal de Direitos Humanos, pactos e convenções dos quais o Brasil é parte.
- garantia de um modelo de desenvolvimento voltado para a preservação da vida, do meio ambiente e das gerações futuras.
- suspension and cancelling of the big projects harmful to the environment and to the affected populations, among which the Hydroelectric plant Belo Monte.
- Attendance of the historical claims of the MST, MAB, women's movement, black movement, and all the demands that verse on civil, political, economical, social, cultural and environmental rights consecrated in the Federal Constitution, in the Universal Declaration of the Human Rights and pacts and conventions which Brazil is part of.
- Warranty of a model of development based on the preservation of life, the environment and future generations.

Brasil - América Latina, julho de 2010.

Assinam: *Organizações, Agências e Movimentos Sociais que compõem o Processo de Articulação e Diálogo.*

O PAD é formado por seis agências ecumênicas, membros de Aliança ACT (Ação Conjuntas das Igrejas) de distintos países e por 165 entidades parceiras no Brasil. Congrega representantes de movimentos como o MST, o MAB e o MCC, e entidades ecumênicas e organizações não-governamentais (ONGs), atuantes na Amazônia, nas regiões Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste. Criado em 1995, o PAD orienta sua atuação na busca da promoção de uma nova cultura de diálogo multilateral e na construção de um espaço de compreensão das políticas de cooperação internacional.

Brazil - Latin America, July 2010.

Sign: *Organizations, Agencies and Social Movements that compose the Process of Articulation and Dialogue (PAD).*

The PAD consists of seven European ecumenical agencies from different countries and by 165 partner entities in Brazil. It congregates representants of movements like the MST, MAB and the MCC, ecumenical entities and non-governmental organizations (NGO's) acting in the Amazon region, the Northeast, Mid-West, South and Southeast regions. Created in 1995 PAD orients its actions in search of the promotion of a new culture of multilateral dialogue and in the construction of a space of comprehension of the politics of international cooperation.